



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**A CRISE DA MÍDIA:
DEFESA DA IMPRENSA PELO SENSO COMUM**

FILIPE MACON PEREIRA SANTOS

Rio de Janeiro
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**A CRISE DA MÍDIA:
DEFESA DA IMPRENSA PELO SENSO COMUM**

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social - Jornalismo

FILIPE MACON PEREIRA SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

Rio de Janeiro
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTOS, Filipe Macon Pereira

A crise da mídia: defesa da imprensa pelo senso comum. Rio de Janeiro, 2010

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO.

Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral

SANTOS, Filipe Macon Pereira. **A crise da mídia – defesa da imprensa pelo senso comum**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

Resumo

O trabalho verifica uma crise da imprensa. Dois motivos corroboram para o fenômeno: críticas à capacidade de reportagens refletirem o coletivo e deslocamento do lugar de produção de noticiário para além da imprensa com a Internet. A abordagem parte do fundamento do jornalismo, pelo controle da notícia. A partir de então, há o entendimento da base da profissão e como esta sofre abalos. Evidências de respostas da mídia apontam para o senso comum, como meio de sustentação dos veículos de informação em sociedade. Um mapeamento é feito para entendimento desse processo. Em seguida, descobre-se um projeto de construção de um modelo mediador da concepção coletiva, o que causa influência ao grande público, sem uma regulamentação específica. A linha de pensamento desembarca em uma questão final, que mobiliza todos pelo direito de saber em vida.

Agradecimentos

À Vida

Todos animais deste mundo, em especial meu gato, por me fazerem perceber, que sempre há algo diferente de mim em minha existência; seja com rabo, chifre ou pata. Nem por isso, deixamos de viver em paz!

À diferença, cabe o comunicado

“A discussão, complexa, deve ser iniciada pelo reconhecimento de que o jornalismo entrou no século XXI em estado de crise. E, para bem enxergar o que se passa, deve-se recuperar o que se entendia por jornalismo antes de a crise surgir” (Manuel Carlos Chaparro, 2007)

Índice

1- Introdução: pág 01

2- A Mídia em crise: pág 05

3 – O Controle da notícia: pág 12

4 – A defesa da imprensa pelo senso comum: pág 20

5– A construção do senso comum: formação do espaço da imprensa pelo alcance da diferença: pág 27

6 – O controle sobre a imprensa: pág 40

7- Conclusões: pág 45

8 – Referências Bibliográficas

1- INTRODUÇÃO

A mídia passou a enfrentar uma crise de posicionamento na primeira década do século XXI. As novas tecnologias da informação possibilitaram a difusão de conteúdo pela Internet, fornecendo ganho de voz a produtores de informações. A reportagem de acontecimentos começou a ser sentida por intermédio de pessoas, que não necessariamente são da imprensa. O trabalho jornalístico ficou sujeito à indagação enquanto lugar de competência – seria uma atividade própria de profissionais ou mais abrangente, inerente a todos, no direito humano de veicular e receber conteúdo?

Enquanto a especificidade do jornalismo – lugar da profissão – é analisada, questionamentos relacionados ao que já vinha sendo desenvolvido ainda foram sentidos. O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou a vir a público indagar sobre o destino da história do Brasil, caso o material da imprensa servisse de consulta para pesquisadores. A cobertura da mídia foi criticada, sob a acusação de não dar importância a fatos que seriam de interesse público, por um envolvimento excessivo com a pauta dos editores.

A imprensa abriu ainda mais espaço à participação dos leitores, ficando exposta. A possibilidade de envio de conteúdo chegou ao nível de reclamações acerca de reportagens. Falhas de coberturas passaram a ser publicadas, assim como insatisfação das fontes na maneira como foram representadas. Portanto, dois flancos se abrem numa crise de identidade da mídia: a substituição no dever reportar, alinhada ao erro de quem já vinha reportando.

A crise dos veículos de comunicação evidenciou-se de vez a partir da proposta da terceira versão, em dezembro de 2009, para o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). O decreto da União sobre o tema propunha uma cassação de emissoras caso fosse detectada alguma violação aos direitos humanos a partir de uma fiscalização do conteúdo em veiculação.

O reconhecimento da crise do jornalismo é a primeira parte desse trabalho. Na tentativa de entendê-la, é buscada uma concepção do trabalho da imprensa. Ao encontro da base da profissão, seria possível enxergar o que abala sua estrutura. Por fim a análise das respostas da mídia ao momento em foco vem à abordagem. O caminho segue a proposição

de Manuel Carlos Chaparro, especialista em pragmática do jornalismo, aconselhando entender o que se passa pela recuperação do fundamento do objeto abalado.

O controle da notícia vem a responder pela atividade jornalística. A liberdade social em democracia, apregoada pela profissão, implica modificação sucessiva de estados, relacionada ao considerado pautado e coberto. O visível pela imprensa, não garante a cobertura total da sociedade instável. Esse processo possibilita noticiar outros acontecimentos (ainda não conhecidos), mas também torna o trabalho com a notícia incessante, propositivo e não terminal. A investigação social é contínua e não pode ser, portanto, totalizada, com se afirma na mídia.

Há uma falha de cobertura inerente ao trabalho jornalístico. A positividade dela está na geração de outras notícias por sempre haver algo a ser conhecido. Mas a negatividade reside no fato de lidar com uma atividade incompleta, passível de desconfiança em seu sucesso. A mediação precisaria então encontrar um meio de se desenvolver nesse contexto.

A hipótese deste trabalho segue em direção ao senso comum. A mídia trabalharia com uma experiência de vida compartilhada com todos. Os acontecimentos passam em comunhão, pela informação de domínio público. A vivência de mundo é alinhavada e o jornalismo se intitula como refletor da sociedade. As conseqüências desse fenômeno envolvem um controle da percepção social. O conhecimento do que se passa vem a se constituir a partir do publicado. A sensação do novo viria a ser controlada, portanto, com atualizações sucessivas em relação ao veiculado anteriormente.

O circuito do senso comum é continuamente suscetível a curtos. Envolve trabalho. Para a imprensa obter a novidade, ocorre uma fuga da sociedade em relação ao já publicado. Do contrário, não haveria algo novo mediante o reportado no terreno cultivado em jornalismo. A mídia precisaria da livre movimentação social, mas deve em seguida enquadrá-la como mudança noticiável. O acompanhamento dos acontecimentos sob a embalagem da notícia atualizaria um caminho, sustentável diariamente.

Há um campo de reportagens jornalísticas, constituído por uma sociedade envolvida e refletida. O comportamento social é material fértil, retratado a partir de diferenças de costumes e pensamentos, postos em relação e encontrados no dia-a-dia da profissão. Esse processo vem a colaborar para a proposição existencial no jornalismo. Tratar-se-ia de um

jogo entre o presente e o latente (preenchimento e necessidade), aplicado a todo público, que possui satisfações e demandas; conhecimento e ignorância.

A sociedade possui rotinas, mas em relação a elas há anseios. Nessa fronteira o jornalismo parece estar situado, refletindo a própria condição social por excelência, em busca da completude. Sempre há notícia depois da cobertura, pois há um alerta na imprensa; o mesmo que move a população para frente do jornal. A descoberta do cotidiano é o tema desse trabalho, em meio a uma crise, movendo todos.

Em suma, a monografia está dividida em quatro partes. Começa por uma contextualização da crise da mídia. Em seguida, há a abordagem do controle da notícia, como lugar da atividade jornalística que estaria ameaçado. A investigação prossegue rumo aos meios que a imprensa usaria como defesa de atuação. Alcança-se a hipótese de um envolvimento da sociedade num senso comum modelado pelos veículos de informação. Constata-se, então, um projeto nesse sentido num ambiente sem regulamentação específica.

O desenvolvimento da linha de pensamento ocorre num cruzamento teórico-prático. Matérias veiculadas na imprensa entre 2009 e 2010 traziam a questão, enquanto forneciam subsídios para analisá-la. As referências envolvem uma pragmática do jornalismo pela linha filosófica da análise do discurso. Âncoras poderiam ser citadas: o jornalista Manuel Carlos Chaparro pelo alerta da crise e o revolvimento do fundamento pelo controle da notícia; o existencialista Martin Heidegger por fazer lembrar do noticiário aliado ao mais puro sentimento humano, querer ver no escuro, desvelar o não sabido; o filósofo e professor da Escola de Comunicação da UFRJ Márcio Tavares d’Amaral, pelo despertar de uma genealogia do espaço, formação de um terreno do esclarecimento e sabedoria, enquadramento de um corpo modelado que se vê e ordena pela informação.

Todos os dias noticiários são exibidos com a prerrogativa de que os acontecimentos do dia-a-dia estão retratos ali. Estão? Durante as chuvas de abril de 2010, com perda de vidas e interdição de vias públicas no Estado do Rio, a imprensa foi logo convocada para uma coletiva com autoridades. Mas o que fornece o direito ao repórter de estar ali e fazer *a pergunta*, no lugar da população? Houve uma substituição, por um mecanismo de representação social. Mas o jornalista deveria ser o escolhido para vir em nome da coletividade? A busca de respostas para a vida ocorre ainda nos livros bíblicos, com temporais ligados ao apocalipse. Mas por que *a imprensa* adquiriu tamanha influência?

Esse trabalho não possui o intuito de responder a essas questões, mas pelo menos despertar para elas. Se o jornalismo passa por uma crise (ou passou), há uma oportunidade de reflexão acerca dessa atividade em seus limites e fronteiras. A crítica de autoridades causaram arranhões na profissão que foram mapeados e serviram para colocá-la em foco na monografia. Foi possível enxergar um plano da mídia, em expansão.

Esse projeto pode estar sendo esquecido. A produção de notícias difusa pela Internet, à qual foi chamada por “Revolução das Fontes” por Chaparro, pode corroborar nesse sentido. Sob o rótulo de uma perda de especificidade da profissão – possível e estendida a todos – o esfacelamento de identidade da imprensa poderia favorecer o ocultamento de sua operação. Esse seria o destino derradeiro ou ainda é possível o questionamento do jornalismo? Se pelo menos esse trabalho servir para balançar as pilastras da imprensa, há um contentamento.

Engana-se também quem pense que o intuito aponte para o fim do jornalismo. Talvez a profissão tenha se constituído como o melhor caminho para lidar com questões da sociedade, sendo meio também para suas soluções. Mas a escolha pela imprensa como meio de conhecimento precisa ser consciente, com ciência das possibilidades e limitações ligadas à atividade. Uma crise da mídia é uma oportunidade áurea para esse tema vir à tona, podendo significar superação dos veículos de informação na forma de relacionamento com público.

2- A MÍDIA EM CRISE

Presidentes de jornais, jornalistas e deputados vieram a público defender a atuação da imprensa, durante o Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, organizado pelo Instituto Millenium em março de 2010. Eles chamaram atenção para o silêncio do Brasil mediante a postura de outros governos da América Latina. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, estaria levando instabilidade à liberdade de imprensa com a cassação de concessões de emissoras de rádio e televisão no país, por exemplo: “Os países obtiveram muita ajuda da Venezuela, encontrando em Chávez uma fonte de negócios muito lucrativa. Por isso fazem vistas grossas”¹, alertou Marcel Granier, dono da emissora RCTV, a maior do país venezuelano, mas fechada.

O coro de reclamações é reforçado. As críticas se dirigiam contra o governo de Rafael Correa, no Equador, assim como em relação à gestão do casal Kirschner, na Argentina, onde um projeto de lei tramitava no Congresso para restringir a atividade dos veículos. O temor espalhado pelo fórum se completa na menção ao Brasil, onde “a liberdade de imprensa está sob perigo”², segundo o jornalista Denis Rosenfeld. Ele menciona trecho da terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), elaborado pelo Governo Federal, que propõe “advertência, multa, suspensão da programação e cassação da concessão a veículos que violem os direitos humanos”³.

A tomada de posição dos defensores da mídia no evento só pode ser entendida em interação. As argumentações são respostas empreendidas na afirmação de si (ego) numa relação experimentada com o outro (alter) na sociedade, como conta o sociólogo Talcott Parsons:

Uma configuração de valor, nesse sentido, é sempre institucionalizada como um contexto de interação. Há, portanto sempre um duplo aspecto do sistema de expectativa que é integrado, em relação a ele. De um lado, há expectativas relacionadas com, e que em parte determinam, padrões de comportamento do agente, ego, que é tomado como ponto de referência; estas são suas ‘expectativas –papéis’. Por outro lado, de seu ponto de vista há uma série de expectativas relativas às relações contingencialmente prováveis dos outros (alters) – serão chamadas

¹ “Especialistas vêm riscos à liberdade de imprensa”, In *O Globo*, 02/03/2010, pág 8

² “Especialistas vêm riscos à liberdade de imprensa”, In *O Globo*, 02/03/2010, pág 8

³ Ação programática “a”, Do Objetivo Estratégico I, da Diretriz 22, Anexo do Decreto nº 7037, 21/12/2009

‘sanções’, que por sua vez podem ser subdivididas em positivas e negativas, segundo sejam experimentadas pelo ego como gratificação-promoção ou privação (PARSONS apud MILLS, 1980, 36)

Caso a imprensa esteja em crise, um caminho para a saída dela passa pelo entendimento da relação experimentada pela mídia na sociedade. Em depoimento na Comissão de Relações Exteriores, o Ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, disse que a intenção é dialogar com a mídia. Uma correção no texto foi proposta para desfazer mal entendido:

Não há a palavra “controle social” (da mídia). Vamos alterar a redação. Queremos o diálogo com as entidades midiáticas. As alterações podem ser no sentido de um acompanhamento da classificação indicativa⁴

Em 12/05/2010, o decreto da União nº 7177 alterou trecho do anterior, nº 7037 de dezembro de 2009, relativo ao PNDH-3⁵. A parte relacionada às punições aplicadas à imprensa foi suprimida, passando-se a ler: “Propor a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo respeito aos direitos humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados”⁶. Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) e Associação Nacional de Jornais (ANJ) comemoraram o recuo da União:

As associações representativas dos meios de comunicação consideram louvável a iniciativa do governo de suprimir pontos críticos que ameaçavam a liberdade de expressão. Esperamos que a definição do marco legal referente aos serviços de radiodifusão, expressa no novo texto do decreto, se pautar pelo respeito aos princípios constitucionais da liberdade de expressão⁷

A mídia procurou levantar uma *questão de repressão*, negada pelo governo federal, que reafirmou compromissos com o artigo 220 da Constituição: “A manifestação do pensamento, a criação, expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo

⁴ “Direitos Humanos: trecho sobre a mídia será mudado”, In *O Globo*, 09/04/2010, pág 13

⁵ Ação programática “a”, Do Objetivo Estratégico I, da Diretriz 22, Anexo do Decreto nº 7037, 21/12/2009

⁶ Art 3º, Decreto nº 7177, 12/05/2010

⁷ “Entidades divergem sobre mudanças”, In *O Globo*, 15/05/2010, pág 14

não sofrerá qualquer restrição, observado o disposto na Constituição”. O parágrafo 1º afirma ainda que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de informação”⁸. Em entrevista ao programa *Canal Livre*, da Rede Bandeirantes, levada ao ar, em 04/04/2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que reconhece somente três instâncias de controle do jornalismo: “o telespectador, o ouvinte e o leitor”⁹. Mas Lula não negou a descrença na capacidade do jornalista narrar a realidade, na abertura da *Expocatador* em São Paulo:

Vocês vão compreender por que a figura do formador de opinião pública, que antes decidia coisas neste país, já não decide mais. É porque este povo não quer mais intermediários. Este povo tem pensamento próprio, anda pelas suas pernas, trabalha pelos seus braços, enxerga pelos seus olhos e fala pela sua boca¹⁰

O discurso aconteceu para 1500 catadores de material reciclável da América Latina e da Índia. O presidente pediu aos repórteres que acompanhavam o evento para esquecerem a pauta dos editores e entrevistarem os catadores. Lula foi enquadrado na matéria do jornal *O Globo*, de 30 de outubro de 2009. Na foto, aparece de costas, como se o discurso do presidente viesse de alguém sem mérito de aparecer, pelo menos naquele momento. Ao lado, está o ex-prefeito e deputado Paulo Maluf. A legenda o liga ao presidente: “Maluf com Lula na exposição de catadores, em São Paulo: críticas à imprensa”. O título reforça a idéia: “Em evento com Maluf, Lula diz que não há mais formador de opinião”. O político Paulo Maluf é investigado pelo promotor Sílvio Marques, do Ministério Público paulista, por um esquema de lavagem de dinheiro. Cerca de 93 milhões de dólares teriam sido desviados da prefeitura de São Paulo nos anos 90, como conta Marques:

Hoje, posso afirmar que ao menos 93 milhões de dólares foram furtados da prefeitura de São Paulo por Paulo Maluf. O dinheiro deu a volta ao mundo para ser lavado, mas descobrimos seu paradeiro: voltou ao Brasil, como se fosse um investimento feito a partir do Deutsche Bank das Ilhas Jersey em debêntures da Eucatex, a empresa de Maluf¹¹

⁸ “Da Comunicação Social”, Seção III, Capítulo V, *Constituição Federal*, 1988

⁹ “Programa Canal Livre”, *Rede Bandeirantes*, levado ao ar em 04/04/2010

¹⁰ “Em evento com Maluf, Lula diz que não há mais formador de opinião”, In *O Globo*, 30/10/2009, pág 5

¹¹ “Paulo Maluf, ciclo de corrupção”, In *Veja*, <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/paulo-maluf-ciclo-corrupcao-432924.shtml>, acesso em 28/03/2010

A tentativa de aproximar Lula da corrupção, após a reclamação do presidente em relação ao mediador, fica explícita na matéria do *O Globo*. Mas o ataque do presidente à mídia não se configura da mesma forma que nas décadas de 60 e 70, quando existia a censura da ditadura militar no Brasil. Na época, o serviço de informações do Exército, CIEEx, registrava por documento o sucesso de auditorias financeiras destinadas a incapacitar a imprensa. A liberdade de expressão já era entendida, mas pregava-se o controle:

Com a finalidade de impedir a infame atividade da discordante imprensa alternativa, apresentamos sugestões práticas que produzirão resultados satisfatórios, se adotadas. Seria pura fantasia imaginar um curso de ação que não levasse em conta como fator importante a atual conjuntura do país, que nesta área presume ampla liberdade de imprensa...Ela foi aceita como fato consumado que tem sido aproveitado com total irresponsabilidade pelos comunistas, especialmente na imprensa alternativa, na qual eles exercem controle quase absoluto...As sanções econômicas exercem um efeito mais rápido, direto e positivo sobre qualquer publicação do que processos judiciais, que podem ser excessivamente demorados (CIEEX apud SMITH, 2000, 76)

Após a ditadura, não existe uma tentativa de controle da informação no Brasil. A liberdade de expressão é exercitada pelo governo. Mas a mídia é vista como incapaz de cumprir com sua premissa em plenitude. O presidente Lula aponta aspectos da realidade que não estavam na cobertura, como os catadores do evento *Expocatador*. Também coloca em xeque a tarefa de investigação da imprensa em retratar a realidade, na medida que chama atenção para outra pauta, que não a dos editores. E por último, direciona a população para a exploração da sociedade, exercitando o fluxo de informações, sem a figura do mediador. Trata-se de uma nova crítica à imprensa, desta vez num contexto democrático.

Na ditadura, o jornalista não era posto sob suspeita na tarefa de cumprir com o seu papel, de retratar a sociedade. Mas havia uma dificuldade de lidar com o profissional, que precisava de controle. Agora, o repórter é livre para cobrir e pautar o cotidiano, mas posto em dúvida sobre a capacidade de cumprir com seu dever. A perda da credibilidade no desempenho jornalístico de refletir os acontecimentos chegou inclusive a movimentos de base.

Cerca de 20 manifestantes vestidos de palhaços dançavam, cantavam e reclamavam, enquanto o 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão era realizado em São Paulo. O grupo pedia maior democratização dos meios de comunicação e a não criminalização dos

movimentos sociais. “Queremos afirmar a liberdade de expressão, que hoje está condicionada ao poder econômico”¹², dizia João Brant, do Intervozes, uma das entidades que atuavam em conjunto com grupos sindicais, de gênero, etnia, além de partidos políticos. Cartazes exibiam críticas aos meios de comunicação. Os manifestantes gritavam contra o “circo da mídia burguesa”, referindo-se ao fórum.

O relato acerca dos manifestantes foi publicado no mesmo dia em que foram levadas ao público as informações sobre o encontro realizado num hotel da Avenida Paulista. Na mesma página, a diferença está no destaque: 75,43% do espaço foi destinado para as discussões internas do Fórum contra 3,56% concedido à manifestação. O restante contava com publicidade. Essa decisão veio por critérios editoriais do jornal *O Globo*: um pólo obteve mais espaço do que o outro num conflito ligado a uma reunião sobre democracia. Esse foi o retrato da realidade levado aos assinantes e leitores da publicação, que compram o impresso com o intuito de saber o que acontece. A tarefa de investigação ficou a cargo das *Organizações Globo*. José Roberto Marinho, vice-presidente do conglomerado, estava no evento, assim como Otávio Frias Filho, diretor editorial da *Folha de São Paulo*. O trecho a seguir foi extraído do manual de redação do jornal paulista, na parte que descreve a função do jornalista relativa ao leitor:

Faz parte da filosofia editorial da Folha poupar trabalho a seu leitor. Quanto mais trabalho tiver o jornalista, menor trabalho terá o leitor para entender o que o jornalista pretende comunicar. O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato, em vez de esperar que o leitor as imagine. Deve publicar cronologias, biografias, e mapas em vez de esperar que o leitor vá recordar ou pesquisar por conta própria (MANUAL FOLHA DE SÃO PAULO apud CHAPARRO, 2007, 101)

Pensar sobre o que estar por vir ou exercitar o hábito de investigação pessoal; esses aspectos estariam bloqueados pela própria ação jornalística, que se encarrega de mostrar tudo da realidade, que há para ser apresentado. Mas o que fazer quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos reclama o direito de investigação?

Todo indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, o de

¹² “Manifestantes fazem protesto contra evento”, In *O Globo*, 02/03/2010, pág 08

investigar e receber informações e opiniões, e o de difundi-las sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão ¹³

Segundo o jurista Dalmo de Abreu Dallari, durante o seminário “Liberdade de Imprensa e de Democracia na América Latina”, realizado em São Paulo, vive-se “um momento novo, comparado à virada do século 19 para o século 20, na qual alguns valores já consagrados, como democracia e direitos humanos, devem ser estendidos para todos”. Ainda segundo o magistrado, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* nos consagrou os direitos individuais e, neste momento, deve dar um passo adiante no sentido coletivo: “A minha liberdade convive com a dos outros. A minha liberdade de imprensa vive com a liberdade de imprensa dos outros. A imprensa tem liberdade e eu tenho liberdade de receber todas as informações”¹⁴, analisou.

A imprensa precisa responder a um ataque que tem por base o fundamento de sua prática social: a liberdade. A eliminação de barreiras à expressão já era consumada e proveitosa ao jornalismo para acesso às fontes. Mas o liberalismo atinge agora a tarefa de investigação, afetando a mídia por excelência. Pois “enxergar pelos próprios olhos”, não implica em existir uma câmera nos lugares. Basta possuir o sentido da visão, inerente ao todo ser humano. Por consequência o repórter fica indiferente em sua tarefa, talvez motivo de deboche, como o palhaço do circo alegado pelos manifestantes do Fórum. Para completar, as novas tecnologias da informação facilitam a propagação do conteúdo, com advento dos *blogs* e sites de relacionamento. A comunicação em massa começa a não ficar restrita aos veículos tradicionais, como televisão, rádio e impresso.

A discussão deve ser iniciada pelo reconhecimento de uma crise no jornalismo ao entrar no século XXI, segundo Manuel Carlos Chaparro, doutor em Ciências da Comunicação, formado em jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Um prefácio especial foi escrito para a terceira edição do seu livro “Pragmática do Jornalismo, buscas práticas para uma teoria da ação jornalística”, relançado em 2007, publicado originalmente no início dos anos 1990. No escrito, o autor chama atenção para uma “Revolução das Fontes”. Nesse ambiente, as referências do jornalista, antes utilizadas para consulta, ganhariam um poder de movimentação, parecido

¹³ Art 19º, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948

¹⁴ “A imprensa deve procurar a autorregulamentação”, In *O Globo*, 10/04/2010, pág 14

com o narrado pelo presidente Lula. O lugar da imprensa estaria em perigo em caso de escape do controle da notícia, relata Chaparro:

Nessa nova realidade, o todo do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o fato e a notícia. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo – o intervalo que o poder das redações ocupava – entre ‘o acontecido’ e ‘o noticiado’. Na ocupação desse intervalo, e no controle que exercia sobre a atualidade, se fundamentava o poder da ação jornalística. Pois esse intervalo desapareceu, e aí está a razão primeira da crise. As redações perderam o controle sobre a notícia, que corre o mundo na dimensão do tempo real, livre e solta, em redes universais, para efeitos imediatos (CHAPARRO, 2007, 15)

O jornalismo age pelo relato do cotidiano, constituído de acontecimentos noticiáveis. Segundo Chaparro, seria a capacidade de determinação do que vira notícia para o público. A importância de tornar o conteúdo relevante inclusive é tema de pesquisa. Segundo a gerente de Marketing do Ibope Mídia, Juliana Sawaia, “81 % dos consumidores se importam mais com a qualidade da informação do que com o local onde a encontram”¹⁵. As conclusões são do estudo “Conect Mídia: Hábitos de consumo de mídia na era da convergência”, apresentado durante o 3º Painel Tendências do *O Globo* em 26 de novembro de 2009. Contudo, ainda não está claro como exercer o controle da notícia. Quais os mecanismos que permitem acessar acontecimentos tornando-os notáveis? O entendimento desse processo implica estar nas mãos de jornalistas ou do grande público? Por fim, a quem caberia retratar a realidade, sob quais responsabilidades?

¹⁵ “Qualidade de conteúdo é desafio na convergência”, In *O Globo*, 27/11/2009, pág 31

3 – O CONTROLE DA NOTÍCIA

O estudo teórico do jornalismo passa pela pragmática. Do grego *pragmatikós*, o termo é relativo aos atos que devem ser feitos. A instituição como ciência está ligada ao pragmatismo, doutrina filosófica fundada por Charles Sanders Peirce. As primeiras formulações foram expostas no artigo *Como tornar nossas idéias mais claras*, publicado em janeiro de 1878: “Considerem-se quais efeitos – efeitos que possam concebivelmente ter conseqüências práticas – imaginamos possua o objeto de nossa concepção. Nesse caso, nossa concepção de tais efeitos constitui a totalidade de nossa concepção do objeto” (PEIRCE apud CHAPARRO, 2007, 24). Assim, as formulações das pessoas possuem efeitos concretos. No início do século XX, Peirce ligou os símbolos utilizados nos discursos à conduta da população: “Todo propósito intelectual de qualquer símbolo consiste na totalidade dos modos gerais de conduta racional que,...assegurariam a aceitação do símbolo” (PEIRCE apud CHAPARRO, 2007, 25).

A pragmática foi utilizada pelo teórico Teun Van Dijk, em *La noticia como discurso*, para a descrição dos atos de fala no jornalismo. A enunciação de um texto pressupõe um êxito ou fracasso. O sucesso está ligado à modificação de um estado, quando “se agregam ou suprimem objetos ou quando os objetos adquirem outras propriedades ou passam a relacionar-se entre si de outra maneira” (VAN DIJK apud CHAPARRO, 2007, 28). Um estado representa um mundo possível, com características próprias na relação entre elementos. A transformações podem ocorrer sucessivamente, em processos:

A transladação dessa teoria da ação para o campo definido do jornalismo leva à afirmação de que o acontecimento (do qual o relato informativo faz parte) é uma forma de processo, com capacidade maior ou menor de desorganização e reorganização social. A intervenção do relato jornalístico em acontecimentos complexos ou com elevado potencial de complexidade pode assumir dimensão de sucesso dentro do processo, e até, desencadear processos derivados (CHAPARRO, 2007, 29)

Segundo Manuel Carlos Chaparro, “a modificação do estado é uma função do tempo (o estado final de um sucesso é posterior ao estado inicial)”, pertencendo ao “universo do fazer” (CHAPARRO, 2007, pp. 28 e 29). A ação humana, ao *fazer*, possui correspondência com a transformação do ambiente. Esta, por sua vez, pode ser controlada, com o domínio

do seu começo, continuidade e término. Por fim, “dado que um fazer unicamente pode ter lugar em uma situação na qual o (auto) controle ou controlabilidade são importantes, não se trata só de um ‘corpo’ senão de uma pessoa e um sujeito” (VAN DIJK apud CHAPARRO, 2007, 29). Mas de que maneira o jornalista se posiciona como técnico na ação de informar?

A modificação de estado no universo do *fazer* advém do pensamento a partir do termo grego Τέχνη. Segundo Martin Heidegger, este “des-encobre o que não se produz a si mesmo e ainda não se dá e propõe, podendo assim apresentar-se e sair, ora num, ora em outro perfil” (HEIDEGGER, 2002, 17). Diz respeito à revelação do que está oculto a partir do que se mostra presente, segundo as perspectivas dos quatro modos de deixar-viger. “Τέχνη pertence à pro-dução, a ποιήσις, é, portanto, algo poético” (HEIDEGGER, 2002, 17). Platão chegou a narrar a pro-dução, ποιήσις, como “todo deixar-viger o que passa e procede do não vigente para a vigência” (PLATÃO apud HEIDEGGER, 2002, 16). Já Aristóteles relatou o “deixar-viger” a partir de um jogo entre quatro causas, que respondem e devem entre si. São elas: *causa materialis*, *causa formalis*, *causa finalis* e *causa efficiens*.

A *causa materialis* está ligada ao material de um elemento, como a tinta no impresso. Esta responde pelo objeto observado, assim como a *causa formalis*, ligada ao perfil do que é visto e ouvido, sendo o aspecto da modelagem. Já a *causa finalis* finaliza o elemento, presta uma circunscrição, o que permite um posicionamento semântico em plenitude no que é transmitido. Essas três causalidades narradas respondem por algo, que deve a elas sua materialidade, modelagem e sentido. Por fim, um quarto modo responde pela integração dos três anteriores. Ao ourives, o objeto deve a sua vigência em *causa efficiens*, efeito de uma atividade.

O ourives recolhe em unidade e reflete o trabalho presente na matéria, perfilada e circunscrita em um fim. A *causa materialis*, a *causa formalis* e a *causa finalis* se integram e ganham efeito. Os três modos participam de um jogo de responder e dever, encontrado no elemento refletido pelo ourives. Ele responde pela manifestação das três causalidades anteriores, em atividade, por *causa efficiens*. Portanto, os quatro modos causais regem e vigem no objeto trabalhado. “Entre si são diferentes, embora pertençam um ao outro na unidade de uma coerência” (HEIDEGGER, 2002, 15). Esse processo é refletido; do grego, λέγειν, λόγος. Funda-se, por sua vez, no ἀποφαίνεσθαι, fazer aparecer, o que vem a ser

noticiar jornalisticamente. A condução do encoberto ao visível, em repouso e oscilação, foi chamada de *ἀλήθεια* pelos gregos. Os romanos traduziram a expressão como *veritas*, entendida hoje como verdade, o correto de uma representação. Essa é a estética a ser alçada pela imprensa, como conta o jornalista e professor Manuel Chaparro:

Dado que a razão ética primordial do jornalismo é a de viabilizar, asseverando, o acesso ao direito de informação, a estética significativa a ser alçada pelo jornalismo é a do relato veraz – isto é: o relato do que em verdade foi visto, ouvido e sentido pelo mediador (CHAPARRO, 2007, 143)

Segundo Chaparro, “o ato de fala próprio do jornalismo é o de asseverar, do latim *asseverare* – afirmar com certeza, segurança” (CHAPARRO, 2007,140). De acordo com filósofo Mário Sérgio Cortella, “segurança possui relação com o termo oportunidade”¹⁶. Este foi sentido pelos gregos pré-socráticos como uma experiência temporal, relatada como *kairós* nos fragmentos anteriores ao século IV aC. Relaciona-se ao tempo propício de acontecer algo para a decisão. Se o jornalista trafega por sucessivos acontecimentos sob a máxima da segurança, cabe ao profissional procurar pelo vento oportuno e decisivo, capaz de levar ao relato veraz em sentido. Essa dinâmica impõe audácia:

“Para resistir às incertezas é preciso ter audácia...Audacioso ou audaciosa é aquele ou aquela que planeja, organiza, estrutura e vai...O bom navegador não espera o vento oportuno, ele vai atrás. A audácia lhe coloca uma condição: é preciso ser capaz de antecipar” (CORTELLA, 2007, 47).

A imprensa adquiriu a posição de referência no relato dos acontecimentos sociais, com credibilidade. O repórter tomou para si a tarefa de noticiar qualquer mudança ou alteração da normalidade do contexto social. Para isso, explora as oportunidades de fazer aparecer o que antes não era do conhecimento do público geral. A audácia no cumprimento dessa atividade está na coleta, organização, estruturação e planejamento das empresas jornalísticas. Os profissionais são preparados para achar o *vento oportuno*, a mudança que antes não era sentida mediante todo conhecido. A revelação dessa transformação coloca o

¹⁶ Os romanos costumavam chamar por *ob portus*, vento oportuno, aquele responsável por levar os navios ao porto. “O porto – assim como uma porta – é segurança, entrada e saída, é aquilo que o impede de ficar estancado na coisa mais perigosa que existe, que é ser prisioneiro do mesmo” (CORTELLA, 2007, 46)

jornalista sob a ótica do ourives de Aristóteles. Mas a reflexão do trabalho implica em responder pela informação divulgada, que deve sua credibilidade, em forma e conteúdo, à ética do profissional em exercício.

A notícia, revelada pelo exercício do desencobrimento, *ἀλήθεια*, deve estar coerente com o conjunto de informações em circulação na sociedade, pelas quais o jornalista responde. O espanto com a informação exige um esforço de estar interado com o que já é de conhecimento público. Segundo Martin Heidegger, essa atividade permite chegar ao originário de toda causalidade:

O primeiro, no vigor de sua regência, a nós homens só se manifesta posteriormente. O originário só se mostra ao homem por último. Por isso, um esforço de pensamento, que visa a pensar mais originariamente o que se pensou na origem, não é caturrice, sem sentido, de renovar o passado mas a prontidão serena de espanta-se com o porvir do princípio (HEIDEGGER, 2002, 25)

O exame da novidade em relação ao passado foi descrito também pelo filósofo Friedrich Nietzsche. Segundo o poeta, o vigor de uma árvore na mata pode estar ameaçado, caso a copa seja diretamente relacionada a raízes fortes. Esse seria um movimento superficial, pouco aprofundado e perigoso. Os galhos das outras árvores poderiam enganar, ofuscando a visão do crescimento real da árvore de referência; fraco e pequeno. A narrativa dela seria plantada sob fracas raízes, correndo o risco de ficar sem efeito, com relato pouco inovador mediante ao já verificado pelo restante da sociedade (as outras árvores, maiores). A checagem do passado só vale enquanto servir à descoberta presente e atual, inovadora em relação ao todo registrado anteriormente, favorecendo o crescimento na floresta:

Quando a sensibilidade de um povo é embotada a esse ponto, quando a história serve à vida passada de tal maneira que impede que a vida presente seja almejada e desenvolvida, quando o sentido histórico não mais conserva, mas mumifica a vida, então a árvore degenera progressivamente, a contrapelo do processo natural, desde o topo até as raízes – e estas por sua vez acabam geralmente morrendo também. A história tradicionalista degenera a partir do momento em que não é mais animada e inspirada pelo sopro vivificante do presente (NIETZSCHE, 2005, 95)

Se por um lado, a morte da árvore está ligada ao impedimento da vida presente, animada e vivificante em relação ao passado; por outro, o nascimento liga-se à atualidade. Essa discussão remonta ao século IV a.C., desde Aristóteles:

A árvore está virtualmente contida numa semente. Portanto, a semente é virtualmente uma árvore. Quando ela passa a ser árvore, ela se atualiza. Não é casual que em inglês se use a expressão *actually* no sentido de confirmação da verdade..A intenção é se referir àquilo que, concretamente, está existindo (CORTELLA, 2007, 67).

De acordo com o teórico José Luiz Martinez Albertos, a informação de atualidade, ou jornalística, tem como fim específico “a difusão objetiva de fatos através da informação e interpretação dos acontecimentos que são notícia” (ALBERTOS apud CHAPARRO, 2007, 31). Heidegger relata que o desencobrimento, *ἀλήθεια*, ocorre “todas as vezes que o homem se sente chamado a acontecer em modos próprios de desencobrimento” (HEIDEGGER, 2002, 22). O ato de atualizar, fazendo aparecer o que antes estava oculto, tal qual a árvore revelada a partir da semente, é confirmado no primeiro capítulo do manual de jornalismo do *O Globo*, que comenta sobre o *lead* :

O bom lead não nasce no terminal do computador: o repórter o traz da rua. Em outras palavras, qualidade de texto e qualidade de apuração andam juntas. A matéria bem apurada dá a impressão de se escrever quase sozinha; já muitos defeitos do texto ruim resultam de esforços frustrados para tapar os buracos de uma apuração deficiente. Este capítulo trata do trabalho do repórter antes de começar a escrever, enquanto há tempo para buscar aquilo que marcará a diferença entre o texto vivo e preciso do jornalista e o relatório insosso do burocrata desatento: o dado essencial, a explicação indispensável, o detalhe revelador (MANUAL O GLOBO apud CHAPARRO, 2007, 128)

A busca do jornalista pelo detalhe revelador do *lead*, conforme o Manual de Redação do *O Globo*, situa o profissional como líder na investigação de fontes. A imprensa reúne as informações, que em seguida se desprendem rumo ao grande público. Uma força de reunião que anima (*Gemüt*), “donde se desprendem os modos em que nos sentimos bom e de mau humor, neste ou naquele estado de alma” (HEIDEGGER, 2002, 23). Os efeitos do conteúdo enviado são derivados da interpretação do receptor, inserto em circunstâncias próprias de recepção como conta Manuel Chaparro:

As fronteiras para as interferências dos autores e atores sociais estão totalmente abertas nos três pólos de interação: com a sociedade, que estabelece princípios e costume, portanto razões éticas e morais; com a atualidade, representada não apenas pelo que acontece mas também por aquilo que as pessoas querem dizer e saber sobre o que acontece; e com a recepção ativa, em que se dá ao encontro de expectativas e perspectivas. A ação jornalística se desenvolve na dinâmica desse tripé e integrada a ele...se esgota no seu ato de asseverar, quando a mensagem é lida. Os efeitos derivativos, em forma de comportamentos ou novas ações, fazem parte da esfera criativa e livre do receptor, inserto em suas próprias circunstâncias sociais e interesses. Os comportamentos e as ações sociais derivadas dos atos comunicativos do jornalismo realimentam o processo social, provocando transformações nos cenários da atualidade e da ordenação ética e moral da sociedade (CHAPARRO, 2007, 143 e 145)

A questão posta para o jornalismo nos dias atuais se refere à “Revolução das Fontes”, segundo Chaparro. Elas são sujeitos institucionalizados, com capacidade ainda para produzir acontecimentos noticiáveis, sem o jornalista. “Uma revolução gerada pelas tecnologias de difusão, graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários e conflitos da atualidade” (CHAPARRO, 2007, 14). A liberdade de investigação e expressão é garantida como direito humano, não sendo portanto, uma exclusividade. Bastaria à imprensa deixar de inspirar o público no relato do cotidiano, para o controle da notícia se tornar difuso.

O jornalista poderia deixar de ser líder na publicação de informações, com o público consultando a si mesmo para saber notícias. Redes sociais na Internet já experimentam esse processo, mas ainda nada é comparado com a atenção conquistada pela mídia, que luta para mantê-la. O Sistema *InfoGlobo*, por exemplo, mantém o programa “Quem lê jornal, sabe mais”¹⁷, visitando alunos de escolas públicas e privadas do segundo segmento do ensino fundamental e médio. A *Rádio BandNews FM*, por sua vez, luta pela atualização no tempo recorde, afirmando que “em 20 minutos, tudo pode mudar”¹⁸. As organizações baseadas na gestão da informação buscam a liderança mediante a máxima representação do espaço em tempo.

O correto de uma representação é entendido como verdade. Mas os gregos compreendiam essa expressão como ἀλήθεια, o que implica algo não conhecido que está

¹⁷ “Programa Quem lê jornal sabe mais”, In *O Globo*, <http://oglobo.globo.com/quemle/>, acesso em 28/03/2010

¹⁸ Slogan da emissora *all news BandNews FM*

para ser revelado a partir do que se sabe. Por demais que a imprensa represente a realidade, sempre há algo a ser desvendado. Esse processo nutre o jornalismo, que prega a liberdade, estudada por Heidegger:

A liberdade rege o aberto, no seu sentido do aclarado, isto é, do desencoberto. Todo desencobrimento pertence a um abrigar e esconder. Ora, o que liberta é o mistério, um encoberto que sempre se encobre, mesmo quando se desencobre” (HEIDEGGER, 2002, 28).

A revelação em noticiário implica na cobertura de pautas, o que implica num outro desencobrimento via notícia, que resulta em outra cobertura. Esse processo é contínuo, próprio do exercício de desvelamento, exercido na livre veiculação de informação:

Clara como a luz do sol
Clareia luminosa
Nessa escuridão
Bela como a luz da lua
Estrela do oriente
Nesses mares do sul
Clareira azul no céu
Na paisagem
Será magia, miragem, milagre
Será mistério!¹⁹

A imprensa fica situada num dilema, pois sempre há algo a mais para ser feito num trabalho de investigação. Esse ponto abre a brecha para a dúvida acerca do trabalho completo da mídia na cobertura. Em consequência, os ditames dos manuais da redação ficam em xeque, pois o receptor é levado a continuar um trabalho de pesquisa, na contramão do que diz a *Folha de São Paulo* por exemplo: “O jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato, em vez de esperar que o leitor as imagine” (MANUAL FOLHA apud CHAPARRO, 2007, 101).

O aparecimento do que antes não era visto, pela notícia, passaria a não fornecer luz à totalidade do ambiente compartilhado, que era tido como manifesto. Uma comparação pode ser feita com o filme “O show de Truman, o show da vida”²⁰. No longa, o vendedor de seguros Truman Burbank (Jim Carrey) vive no mundo cenográfico Seaheaven, criado pelo

¹⁹ Lulu Santos / Nelson Motta, *Sereira*, 1995

²⁰ Peter Weir, *The Truman Show*, 1998

diretor Chistof (Ed Harris). As atividades do profissional são vigiadas por câmeras, cujas imagens são levadas ao ar para o público espectador do mundo real. A cobertura acontece até o momento que Truman descobre um muro, que finaliza tudo passível de ser visto. Nessa barreira há uma porta, da qual emana a escuridão. O diretor tenta persuadir Truman a não passar pela porta, pois o cineasta poderia proporcionar o mundo claro e resolvido. Mas o vendedor não obedece e abandona o espaço oferecido por Chistof.

A credibilidade pública depositada na imprensa não está livre de ser perdida. Autoridades têm questionado a cobertura jornalística, afirmando não existir o relato de aspectos relativos à necessidade da população. Paralelamente, outros meios de difusão da informação aparecem, como as redes sociais na Internet. Fica facultativo ao público o ganho de voz para noticiar o mundo. Nesse preâmbulo, uma crise está em andamento e a mídia busca um reposicionamento para enfrentá-la. A decisão sobre o futuro está em jogo através do exercício de noticiar. Trata-se do direito de tornar visível o que antes era oculto, constituindo o saber de todos:

Um menino caminha
E caminhando chega no muro
E ali logo em frente
A esperar pela gente
O futuro está....²¹

²¹ Toquinho, Vinícius de Moraes, G. Moura, M. Fabrizio, *Aquarela*, 1983

4– A DEFESA DA IMPRENSA PELO SENSO COMUM

A imprensa chegou a sofrer críticas de autoridades públicas, ligadas à capacidade de cobertura. O argumento é baseado na falta de cumprimento do trabalho jornalístico; a reflexão do domínio público pela informação. No dia 25 de março de 2010, o governador do Estado de São Paulo José Serra afirmou que os jornais não divulgam suas realizações, fazendo-as ficar na clandestinidade. A denúncia veio durante a inauguração do novo Centro de Diagnóstico e Radioterapia do Instituto do Câncer Octávio Frias de Oliveira, na capital. O novo equipamento PET-CT, presente na unidade, permite ao usuário deixar de pagar pelo exame indicado a pacientes com suspeita ou diagnóstico de câncer, que custa R\$ 3500,00 num hospital particular.

Serra listou duas ações suas que teriam sido rigorosamente ignoradas pela mídia: a boa avaliação, entre usuários, dos hospitais públicos paulistanos e a inauguração do Ambulatório Médico de especialidades de Heliópolis²²

A avaliação dos usuários acerca dos hospitais públicos veio publicada pelo *O Globo*, num pequeno parágrafo localizado no meio de uma matéria, com enfoque nas eleições de 2010. O estudo que resultou em nota 8,65 para o Governo de São Paulo no setor de saúde, foi enquadrado como eleitoreiro:

A seu favor, Serra mencionou uma pesquisa feita, por meio de cartas, para 600 mil usuários do SUS em São Paulo, que avaliou o serviço prestado, dando nota de 0 a 10. A média, segundo o governador, foi de 8,65²³

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também vem sustentando críticas à atuação da imprensa. No dia anterior à afirmação de Serra, Lula colocou em xeque a credibilidade dos jornais, durante discurso em solenidade no salão dos Territórios Rurais, do programa Territórios da Cidadania. O projeto é desenvolvido em pequenas cidades, com objetivo de diminuir desigualdades sociais através de obras e serviços do governo. O presidente

²² “Serra também ataca a imprensa”, In *O Globo*, 26/03/2010, pág 04

²³ “Lula, Dilma e Serra dividem o mesmo palanque, com provocações”, In *O Globo*, 26/03/2010, pág 04

afirmou que inaugurara moradias sem repercussão: “Inaugurei duas mil casas e não vi uma nota no jornal. Mas quando cai um barraco, eles dizem que caiu uma casa. É uma predileção pela desgraça”²⁴. De acordo com Lula, os acontecimentos estão passando despercebidos:

Fico imaginando daqui a 30 anos, quando alguém quiser fazer uma pesquisa sobre a história do Brasil e sobre o governo Lula e tiver que ficar lendo determinados tablóides. Ou seja, esse estudante vai estudar uma grande mentira neste país. Quando, na verdade, poderia estar estudando a verdade do que aconteceu neste país. E as coisas são assim, quando o cidadão quer ser de má fé, não tem jeito...É assim que determinados setores da imprensa se comportam para fazer a cobertura. Eles sabem o que está acontecendo no país. Se não quisessem saber pelos seus olhos, saberiam pelas pesquisas de opinião pública, ainda assim, não querem saber²⁵

O jornalismo se defende pelo aspecto da livre expressão. Em reunião no dia 18 de março de 2010 na Federação do Comércio de São Paulo, dirigentes da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) e Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) discutiram a possibilidade de ingressar no Supremo Tribunal Federal contra a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). A preocupação derivava por causa do termo “controle social da mídia”:

Citando um artigo recente publicado em jornal, o presidente da Aner, Roberto Muylaert, brincou que o documento deveria “ser queimado”: “É a maior inconsistência de um documento onde quem berra é imediatamente corrigido de acordo com o seu berro”²⁶

O temor envolvendo o controle do berro da mídia, remonta a reação já esboçada na época da ditadura militar, quando os órgãos de imprensa passavam pela censura prévia ou autocensura. Mas outro tipo de contra-ataque da imprensa se caracteriza como inovador, a partir de um contexto democrático, sobre o qual se assentam as atividades atuais. Trata-se da resolução do dilema da investigação, um direito assegurado a todos. Os jornais passam a idéia de publicação do que é de interesse público, pois precisam se defender como aglutinadores do trabalho da população de revelação do que acontece no cotidiano. Há uma

²⁴ “Serra também ataca a imprensa”, In *O Globo*, 26/03/2010, pág 04

²⁵ “Lula fala em continuidade e ataca a imprensa”, In *O Globo*, 25/03/2010, pág 03

²⁶ “Ações contra tentativa de cercear a imprensa”, In *O Globo*, 19/03/2010, pág 19

questão nesse ponto, que oscila entre o abafamento da liberdade das pessoas tomarem conhecimento dos fatos por si e o ganho de visibilidade da causa pública, por um trabalho mediador que reflete a coletividade.

Autoridades criticaram a imprensa pela falta de cobertura de ações que visam à melhoria social, como construção de moradias e inauguração de hospitais. O vácuo deixado pela não visibilidade dos acontecimentos se caracterizaria como um movimento na contramão das demandas públicas. Portanto, o que é público não estaria sendo visto na informação, que devia ser de domínio geral. Em paralelo a essa crise, o jornal *O Globo* inaugurou no dia 28 de março de 2010 a reformulação do seu espaço colaborativo. Uma matéria foi publicada dois dias antes anunciando as mudanças, com o título “O Globo amplia participação dos leitores”²⁷.

O jornal passou a disponibilizar um espaço reservado para a publicação do conteúdo digital enviado pelo site, celular ou correio eletrônico. Uma foto é publicada a partir do serviço de jornalismo participativo “Eu-repórter”, pelo qual o leitor manda material. O texto dele, retirado da seção de comentários do site da publicação na Internet, passa a vir no exemplar, assim como *emails*. Em “No site e no celular”, ganham destaque frases escritas pelos seguidores do jornal, seus blogueiros e colunistas no Twitter (site de *microblogging* que permite o envio de mensagens sobre variados assuntos). As reportagens mais lidas, comentadas e recomendadas diariamente, além do registro de pesquisas, votações e galerias multimídias produzidas pelos leitores, vêm no espaço “Nós e Você. Já são dois gritando”, seção que já vinha sendo mantida *online*, dedicada a debates sociais.

O novo projeto gráfico para o espaço “Dos Leitores” foi produzido pelo editor de arte Leo Tavejnhansky, passando a ocupar a página 8 da publicação. É citado ainda o acréscimo de nove articulistas, envolvendo setores como história, economia, sociologia, arquitetura e meio ambiente. E ainda, a contribuição regular de conteúdo de ONGs (Organizações Não Governamentais). O esforço de refletir a participação do público na cobertura é narrado como um trabalho de longa data. Mas o jornal deixa escapar a impossibilidade de dar seqüência à demanda coletiva em sua totalidade:

A nova seção, que passar a se chamar “Dos Leitores”, estreou em 1993 com o nome de “Cartas dos leitores” e, desde então, seu espaço tem sido

²⁷ “O Globo amplia participação dos leitores”, In *O Globo*, 26/03/2010, pág 15

ampliado. Em 1998, O Globo passou a ter a maior seção exclusiva de leitores entre os principais jornais nacionais. Mesmo assim, não tem sido possível atender à demanda – na média 150 correspondências diárias para o jornal, número que triplica em momentos de registro de tragédias ou de eventos como eleições. Os novos formato e localização, na página 8 a partir de domingo, permitem ampliar o leque de manifestações e opiniões sobre temas relevantes²⁸

No dia do lançamento do espaço “Dos Leitores”, um *email* publicado situa a imprensa como refletora do espaço coletivo, sendo aliada do público no atendimento às demandas:

O episódio tão comentado do veículo que foi multado por avanço de sinal após ter sido abalroado pela traseira, e que teve seu recurso indeferido, mostra que tanto nas pequenas como nas grandes causas estaríamos perdidos sem a imprensa. Só por ela, os escândalos desse país ainda causam incômodo aos poderosos. Que tal, então, a imprensa se engajar em uma cruzada para obrigar a prefeitura a instalar um temporizador nos sinais com radar, para o motorista saber quanto tempo falta para o sinal fechar, evitando a multa?²⁹

Um comentário postado no site do jornal foi publicado na nova seção do impresso, afirmando que a iniciativa adotada pelo *O Globo* é tendência na imprensa do país:

Parabéns ao O Globo por investir na interatividade, Com certeza, isso é benéfico para ambos os lados: o veículo de comunicação e os leitores, que terão mais espaço para opinar. Ouso dizer que iniciativas como esta serão tendência em todos os jornais do país³⁰

Mas *O Globo*, novamente, reservou-se no direito de estabelecer ponderações. No canto inferior direito da página 8 uma nota de rodapé, afirma que “...devido às limitações de espaço, será feita uma seleção das cartas e quando não forem suficientemente concisas, serão publicados os trechos mais relevantes”³¹. O atendimento não dá conta da demanda pública, que aumenta em caso de catástrofes. Há uma seleção implicada na cobertura do jornal, que consiste em critérios de valoração para a definição do mais relevante. A

²⁸ “O Globo amplia participação dos leitores”, In *O Globo*, 26/03/2010, pág 15

²⁹ Edgardo Joaquim Daemon do Prado, por email, 26/3, Rio, In *O Globo*, 28/03/2010, pág 08

³⁰ Judson Clayton Maciel, em comentário no site do *O Globo*, 26/3, Rio, In *O Globo*, 28/03/2010, pág 08

³¹ “Seção Dos Leitores”, In *O Globo*, 28/03/2010, pág 08

atividade jornalística sofre um controle intencional, que deriva do latim *intentio*, por sua vez de *in* e *tendo*, e este do grego *teinô*, significando tender, desenvolver-se, dirigir-se para algo:

Intenção tem o sentido de tudo que segue uma orientação, um vetor. Tem raízes nos motivos/valores inspiradores, e em função deles exerce o controle consciente dos fazeres (CHAPARRO, 2007, 141)

Mesmo com a admissão da incapacidade de realizar uma cobertura que alcance todos, pela limitação do espaço, *O Globo* procura defender sua atividade a partir uma orientação. O entendimento desse aspecto passa pelo título do quadro: “Nós e você. Já são dois gritando”. O pronome “Nós” é classificado pela gramática normativa como “primeira pessoa do plural”. “Você”, por sua vez, é um pronome de tratamento, conjugado na “terceira pessoa do singular”. Os dois termos são substituídos por “dois”. O numeral significa a primeira unidade fator de uma multiplicação, em ordem crescente de produto/resultado: “ $2 \times 1 = 2$ ”, “ $2 \times 2 = 4$ ”. Também se realiza como primeira unidade base para aumento de potência, “ $2^1 = 2$ ”; “ $2^2 = 4$ ”. A sentença aponta para a formação de um ambiente plural, a partir de convites feitos a cada um dos leitores, que multiplicam o coletivo potencializado na construção de um mundo em comunhão.

O compartilhamento de um mesmo espaço, envolvendo jornal e leitores, envolve regras, que orientam a seleção do material enviado para publicação. Quando o público se volta para imprensa, também aceita as condições que vão determinar se o conteúdo mandado será exposto ou não. Penetrar nesse ambiente criado pelo *O Globo* significa fazer parte de um território criado pelo jornal. Este, por sua vez, está de acordo com a dinâmica de multiplicação deste terreno de interatividade, pois o desenvolvimento está em harmonia com a orientação pretendida pela própria empresa. *O Globo* envolve o leitor em seu ambiente, mediando a fala do público, segundo seus critérios de publicação. Nesse processo, a movimentação das demandas sociais fica condicionada dentro do espaço midiático, rotulado de plural.

Essa operação consiste em iluminar o leitor, permitindo-o expressar suas demandas. Ele possui identidade e nome no modelo criado pelo jornal, reconhecendo-se no ambiente

acolhedor empreendido. A grandeza desse projeto engaja a população, sendo motivo para a publicação defender sua credibilidade:

Relevante presente ganhamos com este espaço ampliado, por e para manifestar opiniões de vários temas. Com o título que tem a nossa cara, “Dos Leitores”, e na companhia de “Eu – repórter”, “No Twitter” e “Nós e você. Já são dois gritando”. Tudo dentro desse veículo de informações escrita que é o jornal do tamanho da grandeza de seu nome: O Globo!³²

O papel de mediador não só implica o de informar, mas o de inspirar. A liderança está nesse ponto, implicando na pró-atividade; a antecipação do que o receptor veria como impacto no seu respectivo espaço, do qual jornalista passa a tomar conhecimento. Um acordo é estabelecido para a formação de um ambiente em conjunto. O senso comum é desenvolvido pelo mapeamento das expectativas da população, que podem estar resolvidas ou não em vida. A falta de infra-estrutura, a corrupção ou a poluição são exemplos de sintomas, que antes não estavam em sincronia com a normalidade social, mas podem virar pauta e vir à solução, por visibilidade. O sentimento de conjunto leva “muitas pessoas a questionar o que, de fato estão fazendo ali”, se estão em harmonia com o ambiente construído, de acordo com Cortella. Segundo o autor, à dúvida entre pertencer ou não ao espaço proposto, é atribuída a expressão existência:

...estamos substituindo paulatinamente a preocupação com os ‘comos’ por uma grande demanda em relação aos ‘porquês’. O nosso modo de vida no Ocidente está em crise e algumas questões relevantes vêm à tona: a compreensão sobre a nossa importância, o nosso lugar de vida, o que vale e o que não vale, qual é o próprio sentido da existência (CORTELLA, 2007, 64).

A importância do ‘porquê’ é motivadora do trabalho jornalístico, por meio do atendimento ao anseio público. O reconhecimento da imprensa como espaço acolhedor das práticas sociais envolve a percepção de que tudo está incluído. Por conseguinte, a realidade pautada desencadeia na criação de um terreno onde todos se encontram e costuram os caminhos de desenvolvimento:

³² Antonio Carlos Volotão Ferreira, por email, 26/03, Rio, “Seção dos Leitores”, In *O Globo*, 28/03/2010, pág. 08

Sob o ponto de vista ético, a intencionalidade jornalística precisa do porquê (motivo)...Conectada aos motivos éticos, a intenção controla a utilização das técnicas, inspira a qualidade, ativa a compreensão, gera critérios valorativos para apuração, depuração e ordenação das informações e opiniões recolhidas. E dá sensibilidade criativa, na elaboração do relato veraz (CHAPARRO, 2007, 149)

A gestão da informação de domínio público ocorre pela orientação de fornecer sentido à obra coletiva. A imprensa responde pelo saber universal. Segundo Peter Drucker, esse é o recurso vital para as organizações sociais buscarem resultados. O teórico, referência na administração, alerta para uma sociedade baseada no conhecimento, aplicado produtivamente pelo gerente da informação, que prevê problemas e atribui resoluções:

...a capacidade de fazer associações e com isso elevar o rendimento do conhecimento existente (seja para um indivíduo, uma equipe ou para toda organização)...Ela requer análise sistemática do tipo de conhecimento e de informação exigidos por um determinado problema, e uma metodologia para a organização dos estágios nos quais um problema pode ser resolvido...Ela requer aquilo que poderia ser chamado de “Organização da Ignorância”... (DRUCKER, 1993, 148)

:

5- A CONSTRUÇÃO DO SENSO COMUM: FORMAÇÃO DO ESPAÇO DA IMPRENSA PELO ALCANCE DA DIFERENÇA

No dia 30/03/2010, a senadora Marina Silva, pré-candidata à Presidência da República, concedeu uma entrevista na Federação das Indústrias de Pernambuco. A parlamentar foi recebida no aeroporto de Guararapes, em Recife, por militantes do Partido Verde, com agenda a cumprir em cidades do agreste, como Garanhuns e Brejo da Madre de Deus. Durante a coletiva, um dos temas abordados se relacionava às obras do programa de Aceleração do Crescimento, PAC, um dos trunfos da pré-candidata à Presidência Dilma Rousseff, do PT, aliada do Presidente Lula. O jornal *O Globo* publicou matéria no dia seguinte com o título “Marina: PAC-2 é colagem de obras eleitoreiras”³³.

No dia posterior (01/04/2010) à publicação da matéria, o jornal publica carta do coordenador de comunicação da pré-candidatura da senadora Marina Silva, no espaço “Dos Leitores”. Nilson Oliveira enviou por *email* reclamações sobre a reportagem, alegando que a senadora não afirmou que o PAC-2 é uma “colagem de obras eleitoreiras”:

Sobre a reportagem da edição de 31/03 (página 11), a senadora Marina Silva (PV) não afirmou que o PAC-2 é uma “colagem de obras eleitoreiras”. Para a senadora, boa parte dos projetos do PAC é legítima – há obras relevantes e outras de objetos duvidosos. Durante a entrevista em Pernambuco, a senadora declarou, sim, que a Justiça já demonstrou uso eleitoreiro de inaugurações pelo governo federal. A reportagem acabou fundindo as duas frases e alterando o que a senadora efetivamente declarou (a íntegra da entrevista está disponível em áudio no blog <http://www.minhamarina.org.br/blog/>³⁴

O coordenador da campanha de Marina Silva acusa o jornal de faltar com a representação do entrevistado. O discurso da parlamentar teria sofrido alteração de sentido, por meio da mediação do *O Globo*, que confirma a falha: “Nota da redação: A senadora disse que o PAC-2 é uma ‘colagem de obras’ e que algumas delas são eleitoreiras, não

³³ “Marina: PAC-2 é uma colagem de obras eleitoreiras”, In *O Globo*, 31/03/2010, pág 11

³⁴ Nilson Oliveira, por *email*, 31/03, Rio. In *O Globo*, 01/04/2010, pág 08

todas, como dá a entender a reportagem”³⁵. Portanto, a ação de Marina Silva num lugar e momento não condiz com o relatado pelo jornal.

Uma diferença de ambientes se abre para o relato: de um lado o jornal e do outro, a assessoria de imprensa de Marina Silva. A cobertura sobre a coletiva era tida como totalizada. Mas o incidente desencadeou numa fratura para dois modelos de visão sobre o mesmo acontecimento, passado em Pernambuco. Duas interpretações emergiram, respectivamente, de dois espaços, que contaram com valorações distintas para um fato:

Os modelos já existem antes, a sua circulação...constitui o verdadeiro campo magnético do acontecimento. Os fatos já não têm trajetória própria, nascem da intersecção de modelos, um único fato pode ser engendrado por todos os modelos ao mesmo tempo. Esta antecipação, esta precessão, este curto-circuito, esta confusão do fato com o seu modelo...é sempre ela que dá lugar a todas interpretações possíveis, mesmo as mais contraditórias – todas verdadeiras, no sentido em que a sua verdade é a de se trocarem, à semelhança dos modelos dos quais procedem, num ciclo generalizado (BAUDRILLARD, 1991 ,26)

Houve a retratação do jornal e o reconhecimento da falha de cobertura. Mas diante do ocorrido, retira-se a conclusão da relação da imprensa com a sociedade; por meio de modelos de representação. Segundo Jean Baudrillard, a referência a eles não faz diferença, pois as representações se equivalem, sob a forma de múltiplas interpretações para um fato. Este, por sua vez, já emerge modelado, sempre a partir da valoração de alguém. Todos os acontecimentos são relativos, assim como o relativo é o meio de acesso para os acontecimentos em generalidade, o que se configura como um paradoxo. Paralelo pode ser estabelecido na seguinte relação entre Verdade e História, na qual o relativo e o absoluto se fundem, desencadeando em falta de sentido:

Não deixaram de florescer tendências do tipo “se não há Verdade, tudo é verdadeiro ou tudo é falso” (o que é o mesmo); forma ligeiramente mais sofisticada: não há Verdade, logo tudo é História”. Esta fórmula é obviamente contraditória com o que quer dizer: pois “tudo é História”, embora desqualifique a Verdade enquanto tal, absolutiza “o histórico”, alçado à condição de categoria e de espaço estruturante do Real – um novo Absoluto. O “tudo é relativo” encena a mesma cilada. (AMARAL, 2004, 38)

³⁵ “Seção dos Leitores”, In *O Globo*, 01/04/2010, pág 08

Num contexto contraditório, resultante do cruzamento de múltiplos modelos, interpretativos dos acontecimentos, o jornalismo está situado. A intersecção das diferenças, na relatividade ambígua generalizada, desencadeia um sentimento de latência de Verdade. Mas segundo Márcio Tavares do Amaral, há um meio de encaminhamento da questão: “A relação sempre presente, a dependência mútua entre modelo e corpo modelar, modelado” (AMARAL, 2004, 39).

Latência significa reclusão no espaço e no tempo. Cabe ao modelo resolvê-la, direcionando a atenção ao que se mostra. Há um alerta em relação ao escondido, levado à presença em acontecimentos, que são registrados e modelados. Logo depois de receber o *email* da assessoria de imprensa da senadora Marina Silva, *O Globo* publicou-o. A mensagem alertava que a pré-candidata à Presidência não tinha sido representada como devia pelo jornal. Então, o conteúdo da correspondência foi exposto e enquadrado na seção “Dos Leitores”. Devidamente publicada a reclamação da equipe de Marina Silva, o jornal conseguiu representar a senadora, debelando a reclamação. Traduziu a diferença na construção do próprio espaço em tempo.

O projeto de ocupação máxima de território empreendido pelo jornal é ambicioso. No dia 06/04/2010, no espaço “Dos Leitores”, foi publicada uma seqüência de *emails*, que atacavam a cobertura política do *O Globo*. As mensagens foram modeladas e enquadradas sob o guarda-chuva do título “Direito de crítica”. A resolução do conflito veio por uma simulação do ato de sacrifício, remontando ao sagrado de Jesus Cristo, crucificado, por todos. O destaque, vindo num “olho”, veio para a frase do leitor Jorge David dos Santos Gomes: “Um jornal sério tem como principal missão transmitir informação aos seus leitores, isto é sagrado”. A sentença foi sacada do *email*, que reclamava a parcialidade do veículo:

Sempre achei O Globo um jornal parcial, mas agora está demais... Quando O Globo faz isto prejudica a sua credibilidade junto aos seus leitores. Um jornal sério tem como principal missão transmitir informação aos seus leitores, isto é sagrado. Pode até tomar partido por uma causa política, mas ainda assim tem que ser justo e imparcial³⁶

³⁶ Jorge David dos Santos Gomes, por *email*, 20/03, Rio, In *O Globo*, 06/04/2010, pág 08

A conquista de espaço é empreendida por meio da visibilidade nas páginas quadrantes do jornal. A questão não passa mais pelo significado do que está por fora da imprensa, mas acerca da orientação dada na modelagem do conteúdo, que vira parte integrante do mundo oferecido pela publicação. Esse espaço, por sua vez, precisa ter um máximo de representação, inspirador da coletividade. O sacrifício da cobertura envolve a diferença que, neste caso, percebe e agride o projeto empreendido:

O novo espaço (das cartas) é, gráfica e visualmente, mais agradável e maior. Mas cabe a pergunta: a editoria continua a mesma, ou a “seleção” de aplausos às matérias em que O Globo se empenha politicamente vai prevalecer? Os leitores assinantes que não concordem continuarão sendo agredidos intelectual e seguirão perdendo o seu tempo e seu protesto ao se dirigirem às cartas do jornal? Ou o oba-oba sempre vai ganhar de 100 x 1?³⁷

A publicação da crítica contra o jornal procura desmanchar a suspeita de favorecimento. O envolvimento da insatisfação procura arrematar a mídia como representante de tudo que acontece na sociedade. O projeto da máxima modelagem, como meio de busca pela imagem refletora do coletivo, é confirmado por uma nota da redação, vinda após as críticas publicadas:

A seção de cartas do O Globo acolhe livremente manifestações contra e a favor do governo, que são publicadas na exata proporção em que chegam à Redação. Dentre centenas de mensagens, é possível deduzir que: 1) A grande maioria é de críticas ao governo; 2) Entre as poucas que se propõem a defender o governo, muitos autores estão mais preocupados em xingar colunistas e o próprio jornal, num tom que não é o propósito desta seção. Alguns sequer mandam nome e/ou endereço corretos. No momento em que se inicia mais uma campanha eleitoral, período de paixões e opiniões acirradas, estes esclarecimentos são feitos em atenção aos leitores que exercem legítima e elegantemente o seu direito de crítica³⁸

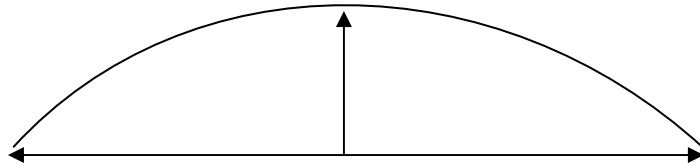
O acolhimento livre em exata proporção chegou a ser empreendido pelos gregos pós-socráticos ao criarem a Acrópolis de Atenas. Tal qual, a imprensa aponta para a liderança e visibilidade, como forma de envolver as diferenças:

³⁷ José Onofre Martins Filho, por *email*, 29/03, Niterói, In *O Globo*, 06/04/2010, pág 08

³⁸ “Seção Dos Leitores”, In *O Globo*, 06/04/2010, pág 08

A Acrópolis de Atenas e seus monumentos são símbolos universais do espírito clássico e civilização e forma o grande complexo arquitetônico e artístico, legado da Grécia Antiga para o mundo. Na segunda metade do século V aC, Atenas depois da vitória sobre os Persas e o estabelecimento da democracia, tomou uma posição de liderança ante as outras cidades-estados do antigo mundo³⁹

A demarcação do território pela mídia ocorre numa interação com as variedades (fontes), durante a apuração, o que deve obedecer à imparcialidade. A crença nesse critério se desenvolve pela ação do mediador, que trabalha com a idéia de publicação do conteúdo proporcional ao coletivo, sem haver tendências. O espaço é de todos, sem privilégio, sob o rótulo da democracia. A figura do arco pode ajudar no entendimento dessa hipótese:



Os dois seguimentos horizontais representam diferenças, que partem de uma origem, seguindo em sentidos opostos. Do mesmo começo origina-se a imprensa, perpendicularmente, como mediadora, a partir do ponto médio da soma do caminho percorrido pelas duas diferenças. O jornalista trafega, atualizando o caminho na mesma proporção do percorrido pelos opostos. Um arco tende a se manter em formação, delimitando um espaço em ordem crescente de grandeza. Este, por sua vez, só se sustenta caso a imprensa acompanhe, na mesma taxa, o trajeto percorrido pelos simétricos. Estes furam, continuamente, o espaço limitado pelo arco, significando um rompimento com o território, que o jornalista busca sustentar, em caminhada. Por fim, o acompanhamento da mídia, do que não fazia parte ainda do espaço sustentado por ela, é desenvolvido, perpassando os diferentes.

O discurso foi escolhido como meio de luta para construir o espaço da máxima representação social. O estranhamento entre as diferenças se resolve através da coesão, que favorece a articulação dos particulares numa continuidade, tal qual do arco-íris. Segundo a

³⁹ Unesco, <http://whc.unesco.org/en/list/404>, acesso em 07/04/2010

lingüista Irandé Antunes, em “Lutar com palavras: coesão e coerência”, fios são tecidos, perpassando os textos, responsáveis pela materialização da ação discursiva de cada pessoa:

Tudo vem em cadeia, encadeado, umas partes ligadas às outras, de maneira que nada fica solto e um segmento dá continuidade a outro. O que é dito em um ponto se liga ao que foi dito noutro ponto, anteriormente e subseqüentemente. Assim, cada segmento do texto – da palavra ao parágrafo – está preso a pelo menos um outro. Quase sempre, cada um está preso a muitos outros. E é por isso que se vai fazendo um fio, ou melhor, vão-se fazendo fios ligados entre si, atados, com os quais o texto vai sendo tecido, numa unidade possível de ser interpretada...Nessa perspectiva, sobressai a questão da coesão, exatamente como sendo essa propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática (ANTUNES, 2005, 46-47)

Para trabalhar com a coesão, é preciso “saber estabelecer relações, fazer ligações entre as diferentes unidades - indo e voltando” (ANTUNES, 2005, 49). “...Transformando a experiência numa ordem coesiva...a língua realiza o mundo duplamente: ao apreendê-lo e ao produzi-lo” (IKEDA, 2005, 55). Sumiko Nishitani Ikeda analisou o discurso na imprensa. O lingüista sugeriu a construção de um ambiente comum envolvendo o jornal e o leitor. Cada texto processado nesse espaço precisa ser negociado através de opções estratégicas:

O jornal e seus leitores compartilham uma “competência discursiva” comum, conhecem as afirmações toleráveis, as permissões e proibições...e negociam o significado de um texto num modo de discurso “sugerido” para o leitor através de opções lingüísticas significativas (IKEDA, 2005, 53)

O sentimento conjunto da realidade vem num *habitat* construído pelo discurso. As diferenças são resolvidas enquanto problemas por dois vetores. De um lado se verifica um ambiente coletivo de pertencimento, no qual o pluralismo vale. Do outro, é posto o particular, que falta ser inserido. Esses aspectos revelam a chamada do jornal *O Globo*, “Nós e você. Já são dois Gritando”:

Os defensores do consenso enfrentam os problemas das diferenças de duas maneiras. Se o afastamento da norma não é muito grande, eles aparentam uma espécie de tolerância pluralista: “Todos têm o direito à

opinião”, “a variedade é necessária para construir o mundo”. Uma segunda estratégia é a prática da dicotomização: a construção de “eles” e “nós”. O “nós” do consenso se estreita e endurece em uma população que vê seus interesses como válidos cultural e economicamente, mas se sentem ameaçados por um “eles”. (IKEDA, 2005, 54)

A maximização do espaço da mídia é feita sob o argumento do interesse coletivo. O envolvimento da diferença ocorre em transito, por meio de escolhas. Esse sintoma foi estudado pelo lingüista inglês Michael Alexander Kirkwood Halliday, por meio da transitividade ou *process type*.

Ela é a base da representação: é o modo pelo qual a oração é usada para analisar eventos e situações como sendo de certo tipo. A transitividade facilita a análise de um mesmo evento sob ângulos diferentes, o que é de grande interesse na análise dos jornais (IKEDA, 2005, 55)

Um ato mental pode ser verificado em “Maria pensou que me daria um livro”; ou existencial em “Há um livro na mesa”; ou ainda relacional atributivo na sentença: “Maria ficou pálida”. Essas foram algumas categorizações pesquisadas por Halliday, que possuem o pano de fundo da interpretação do próximo em meio à atividade na sociedade. A representação da diferença ocorre mediante o entendimento do movimento dela, em produção. Trata-se de uma transitividade verificada no espaço. Quando o estranho ganha luz sob notícia, revela-se como o novo, que vem a conhecimento. A efetivação do processo ocorre mediante a escolha do repórter de como interpretar a realidade, que vira significativa e vista, sob o ponto de vista do domínio coletivo totalizador da imprensa:

Quando vemos algo, diz Halliday, percebemo-lo como uma peça inteira, mas se formos falar desse mesmo jogo, precisaremos analisá-lo como uma configuração semântica – isto é, precisamos representá-lo como uma estrutura de significado. Já que a transitividade possibilita fazer escolhas, omitiremos também algumas delas, de tal forma que a escolha que fazemos – melhor, a escolha feita pelo discurso – indica o nosso ponto de vista e é, portanto, ideologicamente significativa (IKEDA, 2005, 56)

A reportagem do que se desenrola na sociedade não cessa. A consulta à fonte é contínua, interpretando-a. A cada checagem, um movimento servindo a representação é detectado. A diferença é vista, coberta, virando informação interpretada. Esta se articula

com todo conteúdo colhido, vindo do mesmo ritual, de reconhecimento do estranho. Nada é deixado ao relento, no particular, de fora do ambiente coletivo criado e tecido. Um espaço de conhecimento comum é desenvolvido e nutrido, por meio da comunicação:

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia:
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poço de água, em água parálitica
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria
o curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina nova linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate ⁴⁰

A ponte une, aproxima. A ponte aponta o rumo. Através da ponte, a travessia. Do homem ao homem, a palavra comunicativa. No meio, o vazio instável e aleatório. A palavra é ponte. A ponte é a comunicação para comum união-comunhão. (JUNKES, 1980, 69)

A coesão é tecida para materialização do discurso plural da mídia, realizado em textos. Estes não podem ser dissociados da atividade social, envolvendo governo, igreja, escola, empresas, organizações não-governamentais, indivíduos; todo ambiente humano que se manifesta em comunicação:

Para entendermos a diferença entre discurso e texto, podemos iniciar com a afirmação óbvia de que não vivemos como seres isolados. Como diz o

⁴⁰ *Rios sem Discurso*, João Cabral de Melo Neto, 1975

poeta John Donne, no man is na island – ninguém é uma ilha. Ao contrário, cada indivíduo é um agente social inserido em uma rede de relações sociais que acontecem em lugares específicos, em agrupamentos socioculturais específicos. Em segundo lugar, é preciso lembrar que cada grupo social é controlado por um conjunto de instituições que, como diz Kress, tem “suas práticas, seus valores próprios, seus significados, suas demandas, suas proibições e permissões”. As práticas, os valores, os significados, as demandas, proibições e permissões existentes entre os diferentes agrupamentos sociais, por sua vez, exercem influência sobre os indivíduos que convivem nesses grupos. Por último, as práticas, os valores e os significados dos grupos sociais são expressos e articulados em grande parte através da linguagem. Tendo como pano de fundo as três observações – que vivemos em ambientes institucionalmente organizados, que as instituições são caracterizadas por práticas e valores específicos e que tais valores são expressos em linguagem – podemos definir discurso e texto da seguinte forma: o discurso é o conjunto de afirmações que, articuladas na linguagem, expressam os valores e significados das diferentes instituições; o texto é realização lingüística na qual se manifesta o discurso. (MEURER, 2005, 86)

No mapeamento de ações, a imprensa normaliza a sociedade ao servir de elo entre o individual e o coletivo. Age por meio dos gêneros do discurso, que mapeiam em categorias, as manifestações cotidianas, estruturando-as. Carolyn Miller relata esse aspecto em “Comunidade Retórica: a base cultural do gênero”:

Neste sentido, Miller...diz-nos que este mecanismo tem uma “uma qualidade relacional” e que “o indivíduo deve reproduzir noções padronizadas de outros, sejam eles outros institucionais ou sociais, ao passo que a instituição, sociedade ou cultura tem de fornecer estruturas pelas quais os indivíduos possam fazê-lo. A autora enfatiza que com isto não quer dizer que gênero seja agora sinônimo de estrutura, mas reafirma sua posição de que gênero é ação social, pois a ação ocupa papel de destaque, já que é por meio dela que “criamos o conhecimento e capacidade necessários à reprodução da estrutura. Em outras palavras, o gênero tem um potencial estruturador da ação social porque é o elo e o mediador entre o particular e o público, entre o indivíduo e a comunidade. (CARVALHO, 2005,135)

O alternativo é detectado e levado ao conhecimento por meio de recorrências detectadas previamente. A experiência vem enquadrada no espaço comum criado pela mídia, de acordo com generalidades identificadas no modo de expressão coletivo, estimulado em mediação. Um exemplo do senso comum, trabalhado em linguagem, foi analisado por J. L. Meurer a partir de uma tira de Garfield (autoria de Jim Davies), que

dizia: “Eu odeio segunda-feira. Esse é o dia em que as pessoas vão trabalhar, as crianças voltam pra escola...e as dietas começam” (MEURER, 2005, 97):

A tira reflete como senso comum que na segunda-feira as pessoas voltam ao trabalho, as crianças voltam à escola e a segunda-feira é o dia que as dietas começam. O fato de não haver foco específico de atenção às identidades envolvidas pode implicar um maior efeito ideológico, pois as ideologias estabelecem uma fundação sobre a qual se apóiam as maneiras de ser e agir no mundo. Pressupõem-se, além de Garfield, as seguintes identidades: trabalhadores/as que voltam ao trabalho, alunos/as que retornam à escola, obesos/as (ou pessoas que acham que precisam fazer regime) que iniciam dietas. O trabalho do texto está na forma de perceber e representar a ‘realidade’: contribui para a naturalização da percepção de que todas as pessoas têm trabalho, todas as crianças vão à escola e as pessoas gordas precisam fazer dieta. Ao criar essa representação de ‘realidade’, o texto a constrói como natural e coopera para que a situação seja vista por este ângulo (MEURER, 2005, 102)

Para Meurer o texto esconde outras realidades, diferentes da retratada, como o fato de pessoas não irem ao trabalho por estarem desempregadas. A discussão pode ganhar proporção, pelo estabelecimento de costumes contra os quais necessidades podem ser apontadas:

A discussão pode afastar-se consideravelmente do texto para tentar explicar por que ele tem o formato que tem, que formações ideológicas e hegemônicas o moldam e são por ele moldadas. No presente caso, por exemplo, a suposta parte cômica do texto – e as dietas começam – revela também a presença de uma ideologia da necessidade da cultura do corpo. Essa ideologia dá suporte ao império hegemônico da necessidade (socialmente criada) de fazer dietas e de responder a determinados modelos de beleza física, que, por sua vez, envolvem uma ampla indústria de produtos e serviços constantemente promovidos na mídia (MEURER, 2005, 103)

A detecção de necessidades, com as respectivas respostas que dela acarretam, são empreendidas em referência a um modelo, com o qual o leitor é alcançado. O processo de identificação, foi analisado em jornais pelo lingüista Dominique Maingueneau. O teórico emprega o termo leitor-modelo, abordando seu significado a partir de competências discursivas. A competência lingüística possui relação com o domínio da língua; a enciclopédica com um conjunto de conhecimentos prévios de mundo; já a genérica liga-se aos gêneros discursivos. O leitor vem a estar coeso a um modelo estratégico desenvolvido

pelo jornal, em busca de aproximação. Duas publicações são analisadas: *L'Équipe* e *Lé Courier Picard*:

E Carter perdeu a cabeça

O palaense é um cara legal. No entanto, ele agrediu Adams

ANTIBES – Faltam 5' 51'' de jogo para o intervalo. Adams parte para o lado oposto ao da bola, empurrando Carter que tenta bloqueá-lo. O antibense vem receber o passe de Sretenovic; o palaense ultrapassa a barreira imposta por Bonato à sua passagem e investe violentamente contra Adams. O cotovelo direito de Howard atinge a nuca de Georgy⁴¹

Uma octogenária agredida em Esclainvillers

Dois indivíduos agrediram e maltrataram segunda-feira à noite uma moradora de 82 anos, habitante de Esclainvillers, pequena cidade próxima de Ailly-sur-Noye. Para essa octogenária que vivia feliz no seu vilarejo natal, aquela noite ficará sempre gravada na memória⁴²

O envolvimento do público-leitor varia, de acordo com a pretensão do modelo de representação adotado. A análise do *Lé Courier Picard* vem a seguir:

O leitor-modelo do artigo do *Courrier* é o leitor de um jornal regional, cujo público extremamente heterogêneo deve apresentar como denominador comum o fato de habitar uma mesma área geográfica, reduzindo-se, desse modo, ao máximo as exigências no campo da competência enciclopédica. Porém, tal competência não pode ser totalmente desconsiderada: a maioria dos leitores provavelmente não conhece Ailly-sur-Noye (isto é, não pode localizá-la geograficamente) nem Esclainvillers, mas o jornalista se sentiu no direito de não explicitar o referente de Ailly, postulando que um leitor modelo da *Picardia* provavelmente conhece as pequenas cidades da região, mas não os vilarejos. (MAINGUENEAU, 2005, 49)

Outra estratégia foi utilizada pelo *L'Équipe*:

O leitor-modelo de *L'Équipe* é visto como alguém que se interessa pelo campeonato de basquetebol e que acompanha atentamente suas

⁴¹ Jean-Luc Thomas, *L'Équipe*, 01/02/1993

⁴² *Lé Courier Picard*, 29/01/1993

peripécias. Sendo assim, o jornal esportivo procura reforçar a convivência com seu público: mesmo que nem todos os leitores sejam capazes de identificar com precisão os referentes dos nomes próprios, eles têm a impressão de fazer parte do círculo dos peritos. Isso explica certamente o recurso às designações “Howard” e Georjy”: o uso do nome de batismo, a princípio reservado a familiares desses jogadores, é estendido ao círculo dos leitores. Na verdade, é por intermédio da leitura assídua do jornal que estes últimos adquirem progressivamente o saber enciclopédico necessário: Sretenovic e Bonato, nomes que só aparecem em segundo plano nesse relato, ocuparão sem dúvida o primeiro plano em outros artigos e poderão, assim, tornar-se mais conhecidos (MAINGUENEAU, 2001, 50)

A divergência entre esses dois tipos de leitor-modelo corresponde a uma divisão bem conhecida entre as produções midiáticas que constroem seu público por exclusão - públicos “temáticos” - e aquelas que excluem um mínimo de categorias de leitores - públicos “generalistas”. (MAINGUENEAU, 2001, 50)

Em comunhão com o público, a imprensa constrói um ambiente representativo da dinâmica social, por um modelo adotado. Em relação a este, algo está em falta, necessitando de reportagem. Mas o relato dos acontecimentos nesse espaço de representação envolve cuidados com aspectos, que permitem o envolvimento da diferenças, conhecendo-as e interpretando-as, para enfim, publicá-las. O lingüista Luiz Antônio Marcuschi analisou a tarefa a partir da retextualização:

Para poder transformar um texto é necessário compreendê-lo ou pelo menos ter uma certa compreensão dele. De igual modo que dois falantes só interagem na compreensão mútua, um indivíduo só pode retextualizar na suposição de compreensão do texto de origem (MARCUSCHI, 2001, 70)

O processo está sujeito a falhas e indagações. No seminário “Liberdade de imprensa e democracia na América Latina” realizado em São Paulo, o jurista Dalmo de Abreu Dallari, recordou de um episódio de conflito com um repórter. Na época, o magistrado era presidente da Comissão de Justiça e Paz, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, na ditadura militar. Dalmo saía de uma reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na qual havia relatado casos de prisões e torturas; desvios do modelo democrático:

Na saída um repórter me perguntou o que eu achava do governo Médici. Ironicamente, eu respondi dizendo que Médici prestava um grande serviço à democracia, porque seus atos estavam despertando muitos brasileiros. No outro dia o jornal publicou a manchete: “Presidente da Comissão de Justiça e Paz afirma que Médici presta grande serviço à democracia”. E só – contou ressaltando a liberdade que o leitor também tem de receber a informação completa, questionando: - Será que isso não está acontecendo ainda?⁴³

No mesmo seminário, o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto ponderou, defendendo a imprensa como instância em harmonia com a vivência da experiência. Britto defendeu ainda a autorregulamentação do setor, sem estar submetido às autoridades públicas, nem à Justiça.

A imprensa possibilita a vivência da experiência, tem condição de vitalizar toda a condição de poder, das abstrações jurídicas, à vida concreta...A imprensa deve procurar o caminho da autorregulamentação. Uma regulação que não passe pelo Poder Executivo, pelo poder legislativo nem pelo poder Judiciário, mas por uma regulação social da imprensa⁴⁴

⁴³ “ ‘A imprensa deve procurar a autorregulamentação’ ”. In *O Globo*, 10/04/2010, pág 14

⁴⁴ “ ‘A imprensa deve procurar a autorregulamentação’ ”. In *O Globo*, 10/04/2010, pág 14

6 – O CONTROLE SOBRE A IMPRENSA

A imprensa é um modelo de representação dos acontecimentos em sociedade. A credibilidade coletiva nele advém de estratégias discursivas, que permitem um senso comum da realidade. O público receptor das informações acredita partilhar do mesmo sentimento que o repórter possui na relação com o ambiente. O trabalho em torno da notícia é mantido a partir de uma mesma referência, compreensiva do mundo, estabelecida em comunhão. Para tanto, as concepções das pessoas e instituições vão sendo apreendidas e mapeadas. Em seguida, postas umas contra as outras, em articulação. Essa operação se maximiza pela detecção do que está em falta em cada uma das compreensões registradas em público, fornecedor delas. A procura pela resolução das necessidades acarreta numa renovação do modelo midiático original, que acompanha a sociedade em suas demandas e expectativas, tornadas visíveis.

A prestação do serviço de informação pública é um plano de representação da diferença, que é alçada e tornada exposta. A tarefa desempenhada pelo jornal ganha alto contorno, pois todos estão em relação à imprensa, por serem variantes. O trabalho desencadeia no máximo de infiltração nelas em suas relações. Há a verificação incessante da sociedade, para que esta se enxergue no jornalismo. Se o público se concentra num modelo de compreensão do mundo desenvolvido pelo jornal, fica mais fácil a constituição do noticiário. Desse modo, os acontecimentos vêm ao desvelo a partir de um mesmo poço de conhecimento, em sintonia com a população. A mídia tende a servir de referência de causa para cada uma das pessoas. Estas, por sua vez, passam a se referendar na imprensa para agir no dia-a-dia. A tomada de decisão em sociedade passa então a ser modelada pela ótica da mediação.

Em 28 de abril de 2010, policiais do Batalhão de Operações Especiais e da Tijuca realizaram a ocupação das comunidades do Borel, Formiga, Casa branca, Indiana, Catrambi, Chácara do Céu e Morro do Cruz, no bairro da Zona Norte do Rio, para implantação de uma Unidade de Policiamento Pacificador (UPP). O objetivo consistia na expulsão do tráfico da região. Na ocasião, o comandante do 6º Batalhão (Tijuca), Fernando Príncipe, em declaração à imprensa, afirmou que até um escoteiro poderia subir as favelas:

“Se eu tivesse posto um escoteiro no Morro da Formiga, seria mais do que suficiente. Manteremos um reforço de policiamento, mas esperamos que a mesma tranquilidade se repita”⁴⁵

No dia seguinte à declaração, o Governador do Estado do Rio Sérgio Cabral desautoriza a fala do comandante do Batalhão da Tijuca e o transfere para o de Rocha Miranda (9º BPM). A declaração de Príncipe foi modelada e enquadrada pela imprensa como uma ironia à ocupação:

Um dia depois de ironizar a falta de reação dos criminosos durante a ocupação dos morros da Tijuca, dizendo que “se tivesse posto um escoteiro, seria mais do que suficiente”, o coronel Fernando Príncipe foi transferido ontem do 6º para o 9º BPM (Rocha Miranda). Mais cedo, na inauguração da Biblioteca Parque de Manguinhos, o governador Sérgio Cabral classificara como equivocada a fala de Príncipe: “É um equivoco. O que aconteceu no Borel é fruto de uma política de planejamento. Não subiu escoteiro, subiu o Bope. Antes, a Polícia Civil fez seu trabalho”⁴⁶

A influência da imprensa vem sendo multiplicada, mas sua atividade não está acompanhada de uma regulamentação específica. Em 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal decidiu revogar os 77 artigos da Lei de Imprensa⁴⁷, a partir de ação do deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ). O documento tratava da liberdade de publicação, mas ponderava que o livre tramite de informações não poderia atentar contra a ordem nacional (Arts. 1 e 2). O sigilo das fontes era assegurado, mas o jornal deveria deixar o nome do diretor e do redator-chefe expressos no cabeçalho, sob a pena de um salário mínimo diário. A autoridade poderia inclusive apreender o material divulgado em caso de desrespeito. A mesma lógica valia para os programas radiofônicos (Art. 7).

Os abusos do exercício da livre expressão foram enquadrados. O ato de fazer propaganda de guerra, a subversão à ordem política e social, ou empreendimento de preconceitos de raça ou classe implicavam em penas de 1 a 4 anos de prisão (Art. 14). O mesmo valia para a divulgação de conteúdo verificado como segredo de Estado (Art. 15). O

⁴⁵ “Agora faltam Salgueiro, Macacos e Andaraí”, In *O Globo*, 29/04/2010, pág 18

⁴⁶ “Cai comandante da Tijuca”, In *O Globo*, 30/04/2010, pág 23

⁴⁷ *Lei de Imprensa*, n° 5250, de 09 de fevereiro 1967

artigo 16 incriminava a publicação de notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados. Estes poderiam provocar alarme social, abalo financeiro, prejuízo ao crédito do poder público, além de alteração na cotação de mercadorias e títulos imobiliários no mercado financeiro.

A calúnia poderia implicar em pena de três anos de prisão e multa chegando a 20 salários mínimos (Art. 20). A difamação envolvia detenção por até um ano e meio, mais multa que alcançava 10 salários mínimos (Art. 21). A injúria também foi citada, como ofensa a dignidade ou decoro, com pena máxima de um ano e multa limite de 10 salários mínimos (Art. 22). A Lei de Imprensa foi elaborada na época da ditadura militar, implicando também numa proteção demasiada a autoridades públicas. O Presidente da República, do Senado, da Câmara dos Deputados, Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de chefes de Estado, governos estrangeiros e representantes diplomáticos estavam imunes à prova da verdade de documentos publicados e entendidos como caluniosos (Art. 20, §3). As penas por materiais entendidos como calúnia, difamação e injúria contra autoridades eram acrescidas de um terço (Art. 23). Nesses casos, o diretor, redator-chefe, gerente ou proprietário da empresa, editor, produtor, seriam procurados (Art. 28).

A Lei de Imprensa tratava ainda do direito de resposta para indivíduos, empresas e organizações que fossem acusados, ofendidos ou atingidos por informações não verídicas ou errôneas (Art. 29). O prazo para formulação era de 60 dias. O direito de resposta deveria ser divulgado nas mesmas características da publicação da ofensa. No caso do impresso, no mesmo lugar, com caracteres idênticos ao escrito que lhe deu causa e em edição e dias normais (Art. 30). O atendimento deveria ocorrer em 24 horas no caso de um diário, ou no primeiro número tratando-se de outros tipos de publicações (Art. 31).

O relator, ministro Carlos Ayres Britto, concedeu voto a favor da proposta de extinção da Lei da Imprensa, acompanhado por mais cinco ministros; Carlos Alberto Menezes Direito, Carmen Lúcia, César Peluso, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. Mas a revogação não ocorreu sem ponderações⁴⁸, como as verificadas a seguir. Para o ministro Joaquim Barbosa, os artigos 20, 21 e 22, que tratam sobre calúnia, difamação e injúria deveriam ser mantidos. A ministra Ellen Gracie acrescentou ainda a necessidade de manter

⁴⁸“STF revoga Lei de Imprensa”, In *O Globo*, <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/04/30/stf-revoga-lei-de-imprensa-755515498.asp>, 30/04/2009, acesso em 28/04/2010

os itens que proibiam propaganda de guerra, preconceito de raça ou classe. Na época, o presidente da Corte Gilmar Mendes afirmou que o trecho sobre direito de resposta deveria ser sustentado:

A desigualdade de armas entre mídia e o indivíduo é patente. O direito de resposta é uma tentativa de estabelecer um mínimo de igualdade de armas. Vamos criar um vácuo jurídico numa matéria dessa sensibilidade? É a única forma de defesa do cidadão!

No final do julgamento, o entendimento da maioria dos ministros foi pela inadequação da Lei de Imprensa ao contexto pós-ditadura militar. O julgamento de jornalistas passa a ser feito com base nos Códigos Civil e Penal, sem legislação específica, portanto. Isso implica em penas mais brandas para casos como a calúnia, com queda de um ano no período máximo de detenção. Em relação ao direito de resposta, detalhado na Lei de Imprensa, a decisão fica sujeita à avaliação dos juízes em cada caso, com base na Constituição.

Independente das críticas relacionadas ao anacronismo e repetição de temas já tratados em outros dispositivos constitucionais, a Lei de Imprensa funcionou como uma regulação específica para a mídia. Os 77 artigos reconheciam a influência dos jornais na organização social e sua capacidade transformadora. O ministro Marco Aurélio defendeu a redação de uma nova lei, sob o risco de uma insegurança jurídica:

Marco Aurélio disse que cabe ao Congresso redigir uma nova lei que trate da liberdade de imprensa e de possíveis punições em caso de crimes cometidos pelos jornalistas. Para Marco Aurélio, a revogação completa da lei causaria uma insegurança jurídica

Entretanto, o ministro Cezar Peluso afirmou que o Judiciário tem condições de garantir o direito de resposta, mesmo sem legislação específica, pela defesa da liberdade de imprensa:

Estou fazendo uma aposta na sensatez do Poder Judiciário que, mesmo sem lei sobre o direito de resposta, poderá dar respostas ainda melhores (às disputas judiciais). O Judiciário tem decidido de forma eficaz para garantir a liberdade de imprensa

O jornalista Alberto Dines, aponta uma questão a ser resolvida:

A liberdade de imprensa, a liberdade de informar é usada para o bem comum, para o bem da sociedade? Essa é uma questão que deve estar nos debates sobre liberdade de imprensa e democracia⁴⁹

Em 16 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal derrubou ainda a exigência do diploma para exercício do jornalismo. O fim da obrigatoriedade do certificado teve o apoio do relator da matéria ministro Gilmar Mendes, acompanhado por mais sete membros da Corte; ministros Carmen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, César Peluzo, Ellen Gracie e Celso de Mello. A justificativa para medida estava na liberdade de expressão. Em tese, fica facultativo a qualquer cidadão pleitear o registro profissional, independentemente da escolaridade.

Em 2002, a juíza Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, já havia suspenso em todo o país a necessidade de diploma para a obtenção do registro profissional de jornalista. Ela tinha acolhido o pedido do Ministério Público Federal e do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. Mas sua decisão foi anulada pela juíza Alda Bastos, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. O sindicato paulista e o Ministério Público recorreram, então, ao Supremo Tribunal Federal.

⁴⁹ “‘A imprensa deve procurar a autorregulamentação’ ”. In *O Globo*, 10/04/2010, pág 14

7- CONCLUSÕES:

A imprensa experimenta a crise da impossibilidade de cobertura total do que acontece em sociedade. Por isso, o trabalho do jornalismo é caracterizado pela incessante demonstração do que antes não era conhecido, o que pressupõe um desvelamento contínuo através do noticiário. Esse processo é sucedido por meio da liberdade no tramite das informações. Porém, ser livre envolve a possibilidade da mudança. As fontes consultadas na apuração não são aprisionadas, mas acompanhadas do decorrer de suas atividades registradas em acontecimentos. Esse processo é imperfeito, pois o que ocorre em vida, nunca está coberto em definitivo, do contrário não haveria mais notícia.

O trabalho de investigação não pode ser finalizado num ambiente democrático. Portanto, sempre há algo a mais para mostrar, o que deixa o jornalista em risco de sofrer críticas no trabalho de cobertura. As fontes (indivíduos, organizações; sociedade em geral) ganharam ainda maior poder de mobilidade com as novas tecnologias da informação (via redes de relacionamento), o que pode provocar uma dispensa do trabalho de mediação para transmitir seus anseios.

O contexto leva a crer na necessidade do jornalista inspirar a sociedade a reconhecê-lo no trabalho de mediação. A tarefa de apuração e controle do que aparece socialmente foi tomada para si pelo repórter. Para tanto, foi desenvolvida a idéia de senso comum. O espaço de conhecimento da mídia foi criado sob a máxima de sentimento nivelado dos acontecimentos através dele. Assim, houve a implantação de um modelo como referência para a informação tida como de domínio público. Com a hipótese das pessoas se referendarem nele, o senso do novo, mediante o conhecido anteriormente, tende a ser desenvolvido em conjunto.

O trabalho com o interesse público impõe ao jornalista um mapeamento das concepções das pessoas em meio suas práticas sociais. As noções dos indivíduos e organizações vão sendo apreendidas, articuladas e postas em relação. Os anseios e expectativas são detectados e trabalhados. A identificação de problemas dispostos a resoluções vai sendo processada num caráter existencial; o que escapa a todos para se sentirem completos e inseridos. A visibilidade da causa pública foi então a tática escolhida

pela imprensa para defesa da construção de seu território, potencializado pela identidade coletiva.

O projeto da imprensa foi desenvolvido pelo discurso. Os textos veiculam o modo de vida das pessoas. Recorrências neles são detectadas em meio à comunicação social, estruturadas em gêneros discursivos. Estes implicam em modelos, atrás dos quais a fala de cada um aparece modelada em identidade com um costume. Este é identificado e posto em contraposição a outras rotinas na sociedade. Problemas são relacionados a possíveis soluções, por meio das diferenças; todas imersas no caldeirão de simulação da multiplicidade em mídia. A cada registro de acontecimento novo nesse processo, o conhecimento comum é renovado num território desenvolvido pelo jornalismo. A potência do projeto de envolvimento do coletivo engaja a população que se reconhece nele. O jornalista age para sustentar a representação social. O público se baseia no retrato elaborado pela imprensa, pela credibilidade em um modelo capaz de narrar a coletividade, em identificação. Tornando referência – talvez única, o conhecimento via mídia possui potencial para servir de base para decisões na sociedade.

Essa influência jornalística no cotidiano não está regulada por uma legislação específica. Também não há pré-requisitos para o exercício da profissão. A necessidade do diploma foi abolida. As decisões do Supremo ajudam numa crise de identidade do jornalismo ao final da primeira década do século XXI. O contexto é reforçado pelo trabalho com a notícia sem a mediação necessária da imprensa, já que as fontes possuem potencial para difundir conteúdo pelas novas tecnologias da informação via Internet. Mas esse momento pode significar também a consolidação do projeto da mídia. Contra a acusação de falta de cobertura, o jornalismo se apresenta como refletor da sociedade.

Talvez a profissão tenha conseguido tamanha identidade com o coletivo, que se afundou nele. A imprensa passaria então a ser entendida como sinônimo da atividade livre do povo, sem razões para responder a uma regulação específica e ser relativizada. Contudo, há uma *questão*: a operação de representação social via mídia tende a ser esquecida em sucesso de identificação com o público ou o jornalismo ainda é passível de ser ponderado como referência para conhecimento sobre a sociedade? Há outras formas de saber com certeza?

8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Livros, artigos, dissertações, teses

AMARAL, Márcio Tavares d'. "Manifesto". In. *Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004. pp. 01 - 41

ANTUNES, Irandé. *Lutar com Palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005

BAUDRILLARD, Jean. "A precessão dos simulacros". Simulacros e simulação. Lisboa, Relógio D'Água, 1991. pp 7-57

CARVALHO, Gisele de. "Gênero como ação social em Miller e Bazerman". In *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 131 - 149

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3 ed. São Paulo, Summus, 2007

CORTELLA, Mario Sergio. *Qual é a tua obra?: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis, 2007

DRUCKER, Peter. "Conhecimento: sua economia e sua prosperidade". In. *Sociedade pós-capitalista*. 4 ed. São Paulo, Pioneira, 1993. pp 139 - 149

HEIDEGGER, Martin. "A questão da técnica". In *Ensaio e conferências*. 3 ed. Petrópolis, 2002. pp 11 - 38

IKEDA, Sumiko Nishitani. "A noção de gênero textual na lingüística crítica de Roger Fowler". In *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 46 -64

JUNKES, Lauro. *Escritores do Brasil*. 2 vol. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Arte Moderna Ltda, 1980

MAINGUENEAU, Dominique. “Diversas competências”. In *Análise de textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001

MARCUSCHI, L. A.. *Da fala para a escrita*. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 67 – 88

MEURER, J. L. “Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough”. In *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 81-106

MILLS, C. Wright, *A Imaginação Sociológica*, 5 ed.. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980. pp 01 - 83

NIETZSCHE, Friedrich. “II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”. In. *Escritos sobre história*. São Paulo, 2005. pp 67-178

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000. pp 73 - 133

Leis e Decretos

“Da Comunicação Social”, Seção III, Capítulo V, *Constituição Federal*, 1988

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 10 de dezembro de 1948

Decreto nº 7177, 12/05/2010, In *Diário Oficial da União*, nº 90, 13/05/2010, pág 05

Do Objetivo Estratégico I, da Diretriz 22, Anexo do Decreto nº 7037, 21/12/2009, In *Diário Oficial da União*, nº 244, 22/12/2009, pág 34

Lei de Imprensa, nº 5250, 09 de fevereiro 1967

Websites

“Paulo Maluf, ciclo de corrupção”. Extraído de *Veja*, <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/paulo-maluf-ciclo-corrupcao-432924.shtml>, acesso em 28/03/2010

Programa “Quem lê jornal sabe mais”. In *O Globo*, <http://oglobo.globo.com/quemle/>, acesso em 28/03/2010

“STF revoga Lei de Imprensa”, In *O Globo*, <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/04/30/stf-revoga-lei-de-imprensa-755515498.asp>, acesso em 28/04/2010

João Cabral de Melo Neto, *Rios sem Discurso*, 1975, http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Modernismo45/Joao_Cabral_de_Melo_Neto.htm, acesso em 11/04/2010

Unesco, <http://whc.unesco.org/en/list/404>, acesso em 07/04/2010

Filmes e Músicas

Lulu Santos / Nelson Motta, *Sereia*, 1995. São Paulo, BMG, c1999. 1CD

O SHOW de Truman, o show da vida (*The Truman Show*). Direção: Peter Weir. Paramount Pictures, 1998. 1DVD

Toquinho / Vinícius de Moraes / G. Moura / M. Fabrizio, *Aquarela*, 1983. São Paulo, Movie Play, c1995. 1CD